

A BATALHA

JORNAL DE EXPRESSÃO ANARQUISTA

EDITORIAL

Atravessa-se um período de contestação no meio estudantil como já não se presenciava há muito. As questões da Prova Geral de Acesso e do aumento das propinas, embora graves, não são mais do que a gota de água que fez derramar um cálice já cheio de problemas; indo da alteração do sistema de avaliação, ao acesso ao ensino superior, à autonomia universitária, ou aos problemas dos professores provisórios.

A política governamental tem contribuído para unir, numa luta comum, pessoas dos mais distintos partidos e opiniões políticas. De facto, as medidas adoptadas afectam não só os estudantes, do ensino secundário e universitário, como os familiares, os professores e mesmo outros funcionários ligados ao sector.

Parece haver uma vontade crescente de restringir o acesso ao ensino superior às classes mais favorecidas. A Prova Geral de Acesso, deixando de lado o conteúdo particular desta ou daquela, pretende avaliar conhecimentos que não são de modo algum fornecidos nos 12 anos de escolaridade obrigatória, dependendo assim largamente do meio sócio-económico do estudante. O aumento das propinas universitárias para valores elevados, como se pretende, é uma clara violação do direito constitucional a um ensino tendencialmente gratuito. Juntamente com o aumento de preços das cantinas e uns serviços sociais que continuam a não satisfazer as necessidades mínimas, esta medida visa claramente reduzir as despesas estatais com este sector do ensino.

O argumento de que o aumento das propinas é uma medida de justiça social, visto que os que podem devem pagar o ensino, é no mínimo hipócrita e falacioso. Em primeiro lugar, é do conhecimento geral que os impostos são pagos em função dos rendimentos individuais e que uma parte desse dinheiro reverte para as despesas com o ensino. Logo à partida os de maiores posses contribuem, ou deveriam contribuir, mais, e não há justificação para terem de o fazer uma segunda vez. Em segundo lugar, embora se afirme que os estudantes com menos recursos, serão isentos do pagamento, é necessário saber se, como no caso das taxas moderadoras nas urgências hospitalares, só é considerado sem recursos quem tenha rendimentos inferiores ao salário mínimo. Ou seja, uma medida deste género afectará sobretudo aqueles que não podendo ser isentos, também não têm condições reais para suportar tal encargo. Também é interessante afirmar que com esta medida os menos favorecidos verão aumentadas as suas possibilidades de fazer um curso superior, e simultaneamente manter como meio de selecção uma prova que, como se viu, lhes retira praticamente toda a possibilidade de ingresso. Por último, defende-se que seria o único meio de permitir a autonomia universitária, fingindo ignorar-se que, mesmo sendo aplicadas, tais propinas representariam uma percentagem ínfima das necessidades da instituição.

O que na realidade se pretende é reduzir ao mínimo a contribuição estatal e apostar no financiamento por parte de entidades particulares. Ora se em determinadas áreas não deixarão de surgir empresas interessadas, sobretudo nos ramos técnico-científicos ou em Direito, noutras pelo contrário, como em Letras, o investimento será nulo. Sabe-se da simpatia do governo pelo ensino universitário privado. A justificação é a diversidade e a concorrência daí resultantes, bem como a escassez de vagas técnicas e não de pessoas; o mínimo que se pode exigir é que então se formem bons técnicos.



Foto: Rui Tavares.

nas universidades públicas, relativamente ao número de candidatos. Porém, as universidades privadas oferecem normalmente um ensino de qualidade inferior, têm sobretudo fins lucrativos, facto que é notório na própria escolha dos cursos leccionados, e estão perfeitamente além das possibilidades económicas duma larga faixa da população portuguesa.

O que é necessário e urgente é uma revisão de todo o ensino desde a base, uma melhoria da sua qualidade e a criação de condições que permitam igualdade de oportunidades, e não medidas que penalizem ou discriminem os que não atinjam um parâmetro pré-estabelecido, mas para o qual não são preparados. Se é necessária uma selecção, que ela seja feita tendo por base a qualidade e não as possibilidades económicas. É contudo imprescindível que o ensino possibilite a todos alcançar essa qualidade. É sabido que a Escola actual está orientada para a formação de

Convenção por Timor-Leste

Decorreu em Lisboa, a 14 e 15 de Março, no espaço do Teatro Maria Matos, uma Convenção Por Timor-Leste que congregou Associações várias (cerca de 34 no início, número que triplicou no final) num leque que ia da direita católica até à esquerda mais radical. O objectivo era o de promover a discussão de vários temas e chamar a atenção das autoridades nacionais e internacionais para o drama de Timor-Leste. Foi mais uma iniciativa da sociedade civil (Portuguesa, Timorese e Internacional) a juntar à do "Lusitânia-Expresso" e a outras que saíram das conclusões da Convenção.

Os painéis de discussão/intervenção foram:

- 1.º - "Direitos humanos, ajuda económica e interferência nos assuntos internos dos Estados";
- 2.º - "O regime indonésio e a violação dos direitos humanos";
- 3.º - "Timor-Leste: caminhos para a autodeterminação".

Relativamente ao primeiro painel

(presidido pelo Prof. Jacinto Nunes) foi particularmente brilhante a intervenção do Prof. Adriano Moreira - um especialista, de facto, em Direito Internacional (pena é que se lhe conheça sobejamente o passado e o presente). Boa também a intervenção de Miguel Urbano Rodrigues.

No segundo painel destacaram-se as figuras de dois jornalistas que estavam em Díli no momento do massacre de 12/Nov. último. Particularmente feliz, também, a intervenção da Sr.ª Carmela Bonfácio (membro da TAPOL - Campanha Indonésia pelos Direitos Humanos, com sede em Londres). Pessoa especialmente habilitada para falar do que é, de facto, o regime assassino de Suharto, já que viveu 20 anos na Indonésia; alertou para o facto do regime militar indonésio tratar de forma semelhante à usada em Timor-Leste, povos de outras ilhas e os próprios indonésios que, embora timidamente por enquanto, lhes tentam fazer frente. A contestação ao regime (se bem que não autorizada, claro) existe na Indonésia. Boa intervenção também a de Piteira

Santos (antes, Francisco Louçã, na sequência de outros, propunha o embargo à Shell). Por parte de Timor esteve o representante da U.D.T. Paulo Pires.

Já no domingo (dia 15), sobressaíram as intervenções de Mário Tomé (lembrou Chomsky), Vasco Lourenço (que presidiu à Mesa), Pezarat Correia e Ramos Horta (este último como porta-voz da resistência). De salientar, sobretudo, a intervenção do Prof. Roger Clark - Vice-Presidente da Organização Internacional de Juristas. De uma forma clara afirmou que as acusações feitas à Indonésia devem ter por base crimes de guerra (que ela comete constantemente). Qualquer outra alegação, inclusive a da defesa dos direitos humanos, é aceitar implicitamente, o direito da Indonésia ocupar Timor-Leste.

Obviamente que as conclusões e propostas apresentadas foram múltiplas, sobressaindo o já referido embargo à Shell e a outras 46 empresas nacionais que mantêm trocas comerciais com a Indonésia; o alerta da comunidade internacional para

e questão em análise (através das mais variadas formas); o silêncio cúmplice do governo português, australiano, de países da C.E.E. (que, inclusivamente fornecem armas à Indonésia) e, sobretudo, dos E.U.A. que continuam a usar a fórmula de "dois pesos e duas medidas", consoante os seus interesses económicos.

Pode concluir-se de todo o exposto que duas soluções restam à causa de Timor-Leste: ou a alteração no regime ditatorial indonésio ou o alerta internacional ter o peso bastante para forçar os E.U.A. a fazer aplicar as decisões da O.N.U. já que ninguém tem dúvidas acerca de quem "controla" tal organização.

Pela nossa parte, colocámo-nos ao dispor para divulgar na imprensa libertária internacional, não só as conclusões da Convenção como todo o noticiário referente à questão de Timor-Leste.

Ficamos aguardando que este movimento não se esgote aqui, já que o direito dos povos à autodeterminação é demasiado importante para ser esquecido.

Assim Vai o Mundo

CEM MIL PESSOAS SEM ABRIGO: NOVA IORQUE

Na "rica" América, na sua capital, prevê-se que no Inverno cerca de cem mil pessoas não terão tecto para se abrigarem. A situação é pior do que nunca, diz David Giffen dirigente de uma organização denominada Coligação para os Sem Casa. Critica-se o governo federal que cortou praticamente todas as verbas para a cidade. O município de Nova Iorque estabeleceu um programa quinquenal para construir abrigos, mas a iniciativa provocou protestos dos habitantes bem instalados nos "bons bairros", por não quererem a vizinhança de gente mal cheirosa, e com fome!

Perante isto como é possível falar na economia de mercado, na livre iniciativa, na democracia e na liberdade!? Aliás um relatório do afamado Clube de Roma, expressa fortes dúvidas sobre a viabilidade na fórmula que une a democracia e a economia de mercado, no que diz respeito à resolução dos problemas do mundo. Dirigindo-se aos ricos dos países ricos declara: "O consumo, na forma em que actualmente é praticado, não sobreviverá."

Que dirão a isto os famigerados liberais de esquerda, aliás espécie em vias de extinção!

Declarações de Fernando Moran antigo ministro socialista espanhol ao "Expresso" em 2 de Novembro último: "Na Alemanha falam da regra dos três terços, um terço da população enriquece (grande optimismo

do sr. Moran, dizemos nós), outro terço sobrevive à custa dos que enriquecem e o terceiro vê a sua situação piorar. Este fenómeno provoca o aparecimento de manchas de pobreza em quase todos os países ocidentais.

Depois destas declarações, o Sr. Moran, tal como o Sr. Ferraz da Costa, afirma do alto da sua sabedoria: "O conceito de luta de classes já não é aplicável às sociedades contemporâneas, onde surgem fenómenos de massas com características reivindicativas interclassistas." Mais adiante, nova importante declaração: "Embora nas democracias de tipo ocidental o indivíduo seja soberano para decidir da sua vida..."

E esta hem!

TANTA HUMILHAÇÃO

Até quando as pessoas aceitarão tantas situações de humilhação? Pergunta o padre operário Constantino Alves, de Setúbal, numa entrevista ao "Jornal". Mais adiante acrescenta: "A função social do trabalho está cada vez mais transformada numa mercadoria... A filosofia em que se fundamenta esta economia de mercado conduz ao liberalismo do capitalismo selvagem e retrógrado. Tudo isto na ausência de uma economia de solidariedade em que os trabalhadores sejam respeitados."

Mas perguntamos nós: como construir essa tal economia de solidariedade padre Constantino?

Os trabalhadores devem ser respeitados, claro, toda a gente deve ser respeitada; o respeito é muito bonito, mas será assim que se constrói uma sociedade mais justa e fraternal? Não será necessário encarar novas hipóteses de transformação social profunda?

UTOPIAS GENEROSAS

Marcelo Curto, ao escrever no "Diário de Notícias" um dos seus costumados artigos e ao comentar a crise dos ideais socialistas (leia-se dos Partidos Socialistas) diz a certa altura: "... não é menos certo que o socialismo das federações de produtores de Proudhon e os ideais anarquistas, na sua forma comunitária, permanecem utopias generosas e nunca levadas até às últimas consequências perante os objectivos de felicidade individual e da ambição pessoal. Hoje reconhece-se que a autonomia individual aliada à auto-organização pode ser um poderoso contributo para a valorização humana e profissional explorada aliás em termos rentáveis e de satisfação pessoal pelas modernas técnicas de organização produtiva."

Assim escreve o socialista Marcelo Curto, mas que abismo entre o escrito e a prática dos vários partidos socialistas, mais ou menos à esquerda, falando de modo empolado nas liberdades, na justiça para todos, etc., etc. Proudhon continua hoje a ser actual e estudado; durante a Guerra de Espanha alguma das suas ideias foram levadas à prática com êxito e só acabaram pela força do fascismo, não porque fossem utópicas!

Gastão

DESNARCOTIZAR É PRECISO?!

Criminologia é a nova palavra de ordem nas bocas dos mais variados amantenses deste nosso rectângulo à beira-oceno; divulgado, já não pelos padrões de quarentas, mas por quatro prósperos jornais da especialidade.

Outras tantas "logias" se levantam procurando explicar os inauditos eventos que tão brandas gentes se dispõem a inscrever nas suas, por enquanto, ainda pacatas e cândidas existências.

Desenterram-se passados, esboçam-se presentes, retratam-se futuros que os sempre infalíveis e padronizados inquiridos referendários há muito prognosticavam. Dedadas, passos, pegadas, fobias, tiques, marcas de ontem ou de hoje, são preciosas referências para os agentes das doudas instituições logicais, peritos na abordagem dos criminais acontecimentos, estrutural e subrepticamente arquitetados, de longa data inevitabilizados à escala mundial e que nenhuma pena de prisão ou de morte poderá desferrar.

Socio-terapeutocratas colunáveis e seus sequazes, de parlatório insinuante (ou estigmatizante?) erguem-se, com soberbaço encanto, das suas cátedras de sapiência probabilística e analisam com a devida parcimónia, o rescaldo dos acontecimentos à luz das taras individuais ou da problemática conjuntural dos grupos de maior risco.

São exigências manifestadas pelos responsáveis máximos da quietude social que levam os serventuários e sub-serventuários de um sistema de "casa arrombada trancas à porta" a produzirem tratados compendiais ou oratórias radiotelevisivas para gáudio dos zeladores do bem estar geral e para sossego dos radiotelespectadores.

Toda a, problemas deste género mantêm-se ou multiplicam-se devido, não talvez ao sensacionalismo das imagens ou das palavras mais argutas, mas sobretudo, à falta de uma política de fundo que providencie transformações estruturais, evidenciando dessa forma, alternativas credíveis que respeitem a condição e a

natureza humanas.

Refiro-me ao urgente desmantelamento de total permissividade perante os atentados ao ecossistema estatutária ou particularmente legitimados, com as consequentes extinções das espécies elevadas à categoria de antropófobas, bem como ao esvaimento da dignidade humana legislado pela ambição incontida que remete para um progressivo esgotamento espíritos e recursos naturais.

Partidos como os da extrema-direita suíça, apologistas dos automóveis de grande potência e das concomitantes altas velocidades, arvoram as vendas da cruzada Sancho Panchista, do deixar andar a reboque das mais sedutoras tecnologias, fomentando a passividade consumista e o desleixo mental face a problemas tão decisivos como os que dizem respeito ao meio ambiente, à qualidade de vida e seus derivados.

Meus caros cidadãos e amigos com consultório de tabuleta à porta, o homem sistémico já há muito vive numa esquizofrenia institucional, narcotizado até à medula para poder encarar de frente ou de soslaio, uma realidade que nunca foi a dele, alienado que tem sido na cascática periodização de uma história que nunca pôde ser gizada por ele próprio, cronica-mente submerso por valores avassalados aos interesses conquistadores, alcançados nesta forçada marcha sucessória das civilizações.

Esta situação preocupante porque deformadora da evolução harmoniosa e equilibrada do homem, perdurará até ao dobrar de finados do fenómeno designado por industrialização, assente nos moldes que actualmente concebemos e alicerçado com a maior das impunidades.

O monolitismo esquemático do chamado "desenvolvimento", encaixilhado no produtivismo residualmente tóxico ou tragicamente devorador, vai acobertando este nosso planeta por inteiro, guetizando-o em viveiros disseminados por uma alta finança insaciável que não vislumbra horizontes para a sua avidez sem fronte-

ras.

A escolha será nossa (se nos deixarem), e o preço da factura também, tudo dependerá da durabilidade da mercadoria e da longevidade do comprador, se ainda o palco de tão galanteadoras transacções permanecer aberto.

Paulo Sérgio G. Sousa

GRALHA

Por lapso não apresentámos no nosso número anterior o poema de Antero de Quental, chamado "A Ideia" que devia ter acompanhado o texto dedicado ao centenário da sua morte. Pelo facto pedimos desculpas e aqui transcrevemos o referido poema.

A IDEIA

Lá! Mas onde é lá? sonda? - Espera,
Coração indomado! o céu, que anseia
A alma fiel, o céu da Ideia,
Em vão o buscas nessa imensa esfera!

O espaço é mudo: a imensidade austera
Debalde noite e dia se incendia...
Em nenhum astro, em nenhum sol se alteia
A rosa ideal da eterna primavera!

O Paraíso e o templo da Verdade,
O mundos, astros, sóis, constelações!
Nenhum de vós o tem na imensidade...

A Ideia, o sumo Bem, o Verbo, a Essência,
Só se revela aos homens e às nações
No céu incorruptível da Consciência!

Antero de Quental

DONATIVOS

Manuel Almeida e Silva	1200\$
Irene Quintal	1000\$
Luísa Adão	500\$
Lígia Oliveira	5000\$
Joachim Pedro	200\$
Sebastião Santos	1000\$
Firmino	1000\$
Carlos Teixeira	5000\$
José Bernardo	1000\$
José Planas (Argentina)	13702\$
Ilídio Lopes	400\$
Tertuliano Maria	500\$
Libânio Figueiredo Simões	400\$
Grupo Libertário de Setúbal	2000\$
João Santiago	300\$
Germano Costa	120\$
Amigos da TAP	120\$
TOTAL	33442\$

ADS COLABORADORES

Os artigos não assinados são da responsabilidade da redacção.

A redacção reserva-se o direito de não publicar ou reduzir, assinando os cortes efectuados, as cartas que lhe forem enviadas.

Os artigos não solicitados poderão ser recusados, aceites condicionadamente mediante alterações acordadas com os autores) ou ser diferida su publicação em função da programação geral do jornal. Devem ser claros e sucintos, não excedendo três páginas A4 dactilografadas a dois espaços, título e ilustrações incluídos. Em caso de recusa haverá sempre explicação oral ou escrita aos autores.

A BATALHA



ANTIGO ORGÃO DA C.G.T.

Fundado em 23 de Fevereiro de 1919

Periodicidade Trimestral

DIRECTOR

Maria Magos Jorge

REDACÇÃO

António Cândido Franco
Fernanda Isabel Campos
Fernando Jesus Almeida
Francisco Trindade
Jorge Colaço
Luís Garcia e Silva
Sérgio Duarte

COLABORADORES

Abel Raposo
Ana Luísa Faria
António Candeias
Carlos Fontes
Carlos Ramos
Dinis Conefrey
Edgar Rodrigues
Elisa Areias
Jorge Valadas
Júlio Palma
Leif Wegerman
Liberto Sarrau
Maria Goretti Matias
Miguel Serras Pereira
Moisés da Silva Ramos
Paulo Sérgio G. Sousa
Peter Baldrey

COMPOSIÇÃO

Centro de Estudos Libertários

IMPRESSÃO

Gráfica 2000, Cruz-Quebrada

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

R. Marquês Ponte de Lima,
37, 2.º Dt.º 1000 Lisboa Codex

PROPRIEDADE

Centro de Estudos Libertários
Inscrito na Direcção Geral
de Comunicação Social
n.º 104981

A A.I.T. faz 70 anos

2 - América

A A.I.T. (Associação Internacional de Trabalhadores) faz neste ano de 1992, setenta anos. Fundada em 1922/1923 por anarcosindicalistas e sindicalistas revolucionários, teve momentos de altos e baixos, reflectindo as circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis à criação e manutenção de um movimento sindical autónomo à escala internacional. Após o desaparecimento da I Internacional, em 1878, ficou na mente das organizações sindicais não enfeudadas a partidos e/ou a governos, a sua urgente reconstrução. Isso sucedeu há setenta anos.

A FALÊNCIA DA I INTERNACIONAL

Foi no século passado que os trabalhadores se conseguiram organizar à escala mundial. Partindo das suas organizações políticas e sindicais, chegaram à formação de uma estrutura transnacional que, embora precária e enfraquecida por questões internas, chegou para fazer tremer capitalistas, reis e imperadores.

"A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores", foi o lema adoptado por essa organização que tomou o nome de A.I.T. (Associação Internacional de Trabalhadores), mais tarde conhecida por I Internacional para a distinguir de outras três que lhe sucederam: a II Socialista, a III Comunista e a IV Trotskista.

A sua existência efémera foi marcada por divergências internas, que levaram à sua destruição em 1878, após catorze anos de existência. A coexistência no seu seio de sindicatos e partidos políticos, de revolucionários e reformistas, de autoritários e libertários, levou à completa falência da I Internacional, dominada por figuras tutelares do movimento operário, como Bakunine, Marx, Proudhon e Lasalle. Ficou, porém, na mente dos trabalhadores a necessidade de criar uma nova inter-

nacional, que agrupasse organizações sindicais e não partidos, que não cedesse a tentações reformistas, autoritárias ou nacionalistas. Estas pretensões tornar-se-iam viáveis e reais, no princípio do séc. XX, com o ressurgimento da A.I.T.

A A.I.T. RESSURGIDA

As primeiras tentativas para a reconstrução da I Internacional começaram no Congresso de Amsterdam, em 1907, e continuaram em Londres, em 1913. Não foram levadas às últimas consequências, por causas externas, como sejam a Guerra Mundial de 1914-1918 e, mais tarde, a formação da I.S.V. (Internacional Sindical Vermelha) de Moscovo, em 1921, outro entrave à autonomia operária, já que era dominada pelos bolcheviques russos.

Os Anarco-Sindicalistas e Sindicalistas Revolucionários não estavam decididos a integrar quaisquer das internacionais existentes, que reflectiam por um lado, o reformismo Social-Democrata, por outro o totalitarismo bolchevique, puseram mãos à obra para a constituição de uma Internacional independente de todos os partidos e de todos os governos. Foram os seus grandes obreiros Diego Abad de Santillan e Rudolf Rocker.

A A.I.T. acabou por ser fundada em 1922/1923 e agrupou Confederações Sindicais, Sindicatos ou organizações para-sindicais de diversos países da Europa e das Américas. Ainda perdura nos nossos dias, embora sem o esplendor dos anos 30, quando o Anarco-Sindicalismo era ainda a ideologia dominante de largas camadas

do Proletariado. São testemunhos vivos dessa gloriosa existência, a C.N.T. espanhola, a S.A.C. sueca e os I.W.W. norte-americano.

AS ORGANIZAÇÕES FUNDADORAS

Vamos, em seguida, apresentar de forma sucinta, algumas das organizações presentes na fundação da A.I.T., em 1922:

I - Europa

ESPAÑA - C.N.T. (Confederação Nacional do Trabalho)

ITALIA - U.S.I. (União Sindical Italiana)

FRANÇA - No início C.G.T.U. (Confederação Geral do Trabalho Unitária) - Cisão da C.G.T., formada por Anarquistas e Comunistas. Quando estes últimos aderiram à I.S.V., os Anarquistas fundaram a C.G.T.S.R. (C.G.T. Sindicalista Revolucionária), que durou de 1925 a 1939. Foi sua figura mais grada Pierre Bernard.

ALEMANHA - F.A.U.D. (União de Trabalhadores Livres da Alemanha)

SUÉCIA - S.A.C. (Central de Trabalhadores Suecos)

HOLANDA - N.S.V. (União de Sindicatos dos Trabalhadores Holandeses), mais tarde N.A.S. (Secretariado Nacional de Trabalhadores - 1923)

e ainda núcleos da Noruega, Dinamarca, Checoslováquia, assim como organizações de operários fugidos às ditaduras de Pilsudski (Polónia) e dos bolcheviques (URSS).

Integraram a A.I.T. as Confederações Sindicais de vários países latino-americanos, como a F.O.R.A. (Federação dos Operários Revolucionários Argentinos), a CAT Chilena, a CAT Mexicana, e outras organizações oriundas do Brasil, Paraguai, Uruguai, Perú, Costa Rica, Panamá, Bolívia e Guatemala, constituindo a secção latino-americana da A.I.T., com o nome de Associação Continental de Trabalhadores. Foram representados por Diego Abad de Santillan, por não ser possível a deslocação de delegados à Europa, por causa de condições políticas adversas nos respectivos países.

Os IWW (International Workers of the World) americana não era uma central sindical genuinamente filiada à A.I.T., já que, além de ser formada por Anarco-Sindicalistas, Marxistas e operários sem ideologia específica, já se considerava ela própria como uma Internacional, englobando trabalhadores dos E.U.A., Canadá e alguns países latino-americanos.

A A.I.T. NO TEMPO E NO ESPAÇO

Como conclusão, relembramos que a A.I.T., como emanção do Movimento Sindicalista Revolucionário, obedece aos princípios do anti-nacionalismo, anti-militarismo e anti-qualquer actividade política, e tem como filosofias dominantes o Anarco-Sindicalismo e o Comunismo Libertário.

A A.I.T. já conheceu várias sedes internacionais que foram mudando, conforme se iam alterando as condições políticas dos países que as albergavam.

Esteve assim em Berlim, Amsterdam, Paris, Estocolmo (durante a II Guerra Mundial) voltando a França, depois em Espanha e actualmente na Alemanha.

Fernando Jesus Almeida



HEM DAY
Desenho de Leo Campion

Passaram 23 anos da morte de Hem Day nome por que ficou conhecido o anarquista belga Marcel Dieu.

Foi contemporâneo das 1.ª e 2.ª Guerras Mundiais, da tomada do poder pelos bolcheviques nas Rússias, da Guerra Civil em Espanha, de várias guerras de "libertação" africanas e do Maio de 68, em França e outros países.

Em certa medida foi discípulo de Han Ryner com quem iniciou uma correspondência e um debate aos 20 anos de idade, para só terminar com as suas mortes, tendo sido a de Hem Day em 1969.

Em 1933 foi julgado, num tribunal de Bruxelas, em conjunto com Léo Campion, por objecção de consciência.

Conviveu e debateu ideias com Gandhi. Foi animador das edições "Pensée & Action" sediadas em Bruxelas e Paris.

Com o seu trabalho e colaboração muitas obras foram publicadas, entre as quais, figuram:

- "William Godwin, filósofo da Justiça e da Liberdade";
- "Louise Michel - Jules Verne, De quem é "20 000 Léguas Submarinas?"

De entre os livros de sua autoria, destacam-se, por exemplo:

- "INDE - Social Philosophie, Impressions-Essais" de 1962; e
- "Erasmus - Hérétique et Libre Penseur - Rabelais et la Pensée Libre" de 1961.

Vejam, hoje, algumas passagens de reflexão de Hem Day sobre a interligação entre Anarquia e Não violência.

Anarquia e Não violência por HEM DAY

Rabelais, grande mestre, tinha gravado sobre o frontão da abadia de Thélème "Faz o que quiseres". Era uma afirmação libertária, porque significava que os habitantes da abadia não pretendiam ser nem amos nem servos. Em sentido mais amplo esta inscrição podia significar que o ambiente que se formara teria eliminado qualquer prescrição, qualquer proibição exercida por constrição ou por repressão. Nem comandante que comanda, nem soldados que obedecem: a autoridade que se exerce e a que se sofre são ambas sentidas como terríficas. O que significa também que o anárquico não aceita nenhuma forma de violência nem pretende exercê-la sobre alguém.

A VIOLÊNCIA NÃO É ANÁRQUICA

Esta negação deve ser reabilitada no âmbito da anarquia, porque demasiados exacerbados, descontentes, revoltosos momentâneos, fizeram-se proteger por este ideal para encobrir gestos e acções que nada têm a ver com as nossas ideias.

Apesar disto não tenciono arremessar a pedra contra aqueles que, colocados à margem de uma sociedade sem coração, se vêem constringidos a usar métodos violentos para defender-se. Compreendo a sua determinação. Foram empurrados de um ambiente do qual são vítimas, e é normal que decidam usar métodos que a sociedade não deixou de fazer prevalecer - e de usar muito frequentemente para dominá-los. O exemplo vem de cima e foi utilizado por aqueles que, fartos de serem sacrificados, juraram a si próprios virar estes mesmos métodos contra os seus opressores.

Quem de tal é responsável faz mal em protestar por isso, porque a sua imprevidência, o seu egoísmo, a sua sede de poder e de autoridade causaram o facto de terem nascido sentimentos sem dúvida dis-cutíveis, mas certamente justificáveis.

Mas eis que aparece já nos nossos lábios esta pergunta iminentemente, facilmente adivinhável. Os anarquistas não têm colocado mais bombas? Certo, os anarquistas têm lançado bombas. A época da "propaganda pelo facto" não é uma lenda totalmente inventada pelos mesmos que

deformaram e renegaram os motivos que levaram alguns anarquistas a actos desesperados.

Os lançadores de bombas têm tido os seus apologistas. Alguns escritores, como Paul Adam e Laurent Tailhade, não hesitaram em apoiar estes seus actos.

Com o passar do tempo, estas bombas aparecem sempre mais pueris e inofensivas perante as máquinas sempre mais potentes usadas pelos modernos exércitos. Pensei na bomba atómica. Olhai Hiroshima e, se para isso tiverdes vontade, ajuzai! QUEM É O CRIMINOSO?

Mas se uns foram justiciados e condenados ao desprezo, os outros têm sido glorificados e condecorados: é isto que uma certa civilização quer.

por outro lado não é pela razão de terem existido alguns anarquistas lançadores de bombas que leva obrigatoriamente a dever formular nos confrontos pela anarquia a acusação de violência e pretender que aquela não represente outra coisa.

Eu não ajuzei nem a favor nem contra os tiranídicos, mas ser-me-á igualmente permitido fazer notar como uma boa quantidade de actos individuais de violência política, tidos como anarquistas, não têm sido ao invés cometidos como tal. Isso foi uma época em que a anarquia tinha as costas largas. Ainda um atentado não acontecera, já o culpado havia assinado o seu acto: fora um anarquista. A lenda continuou a existir... e a imprensa bem pensante deformou de tal modo a informação que a opinião pública ficou convencida que só os anarquistas são capazes de semelhantes gestos.

Mas se retermos a história ela está cheia de crimes e de assassinios contra príncipes e reis, poderosos da corte e da igreja, e de homicídios religiosos.

Demos uma olhadela aos mártires sacrificados por razões de prestígio e de ambição, aos homicídios políticos de todos os tempos, de Brutus a Staline, sem esquecermos Mussolini e Hitler.

Quantas hecatombes! E então os atentados anarquistas revelam-se como uma infinitésima parte relativamente à grande quantidade dos cometidos no mundo inteiro contra as ideias e as opiniões o mais diametralmente diversas!

Lembremo-nos: os anarquistas não detêm o monopólio da violência.

Indubitavelmente os anarquistas não são de pau; são homens como o resto da humanidade, e contrapõem frequentemente uma sensibilidade maior que outros contra o mal e a injustiça. Mais que outros sentem a opressão e os seus reflexos mais vivos levam-nos a protestar cada vez mais violentamente. É uma questão de temperamento individual que apesar disso não é da exclusividade do anárquico, e não é a expressão da teoria anárquica em particular.

II

Colocando de modo admirável o problema no seu "ABC do Anarquismo", o meu amigo Alexandre Berkman escreveu a tal propósito:

"... Se pessoas com opiniões políticas completamente opostas executam semelhantes actos, não é de facto razoável dizer que as suas ideias são a causa de semelhantes actos.

Resultados similares devem ter uma causa similar, mas não são as convicções políticas que podem manifestar esta causa, de modo que seguramente tem mais sentido procurá-la no temperamento individual e no sentimento geral para com a origem da violência."

III

Porém quero fazer melhor compreender aos meus amigos leitores o verdadeiro significado do anarquismo. De facto têm sido escritas as maiores patranhas sobre este ideal, afirmando que não é senão desordem, enquanto a desordem e a violência provêm do capitalismo e do Estado.

Nunca será demais afirmar que o anarquismo quer dizer ordem sem governo; paz sem violência; exactamente o contrário de tudo aquilo que se lhe reprova seja por ignorância seja por má-fé.

As necessidades de realizar um ideal, podem fazer ver outros métodos de luta para além dos usados até hoje, e neste campo será pueril permanecer como conservadores de uma técnica que se revela

Cont. pág 4

ABORTO E CONTRACEPÇÃO

Com o fim da guerra colonial, o regresso dos soldados, o aumento do desemprego, etc., o governo precisou de encarar o problema do crescimento da população. Foi neste contexto que surgiu em Março de 1976 o já mencionado Despacho sobre "planeamento familiar":

1 - A O.M.S. desde 1965 tem vindo a chamar a atenção de todos os países para a importância do planeamento familiar na saúde materno-infantil.

Com efeito, está provado que o planeamento familiar

- diminui a morbilidade e mortalidade infantil
- melhora as taxas de saúde infantil
- tem uma acção preventiva contra o aborto com as suas consequências nefastas na saúde materna
- contribui para o bem-estar familiar;

2 - Em Portugal verifica-se um elevado número de abortos, calculado em mais de 100.000 com funestas consequências na saúde materna.

Por outro lado, os meios anticoncepcionais estão a ser usados sem orientação técnica, o que tem originado problemas de vária ordem.

3 - Perante esta realidade, torna-se necessário tomar medidas urgentes, que permitam modificar a situação actual e por isso determino que em todos os Centros de Saúde e na medida das disponibilidades técnicas, seja criada uma consulta de planeamento familiar, integrada na valência de saúde materno-infantil."

ABORTO E OBJECÇÃO DE CONSCIÊNCIA

Como se verifica, em 1976 e depois de vivas lutas por parte das mulheres, o planeamento familiar e a contracepção foram contemplados na lei e na própria Constituição.

E foram sempre aproveitadas as oportunidades para reconhecer o direito à objecção de consciência por parte do pessoal médico e afins.

De facto, não se entende como é que

num serviço que se pretendia Nacional de Saúde, houvesse lugar para tanta objecção por parte de funcionários estatais. Temos de reconhecer que, o facto de se admitir essas objecções de consciência em serviços onde as pessoas sabiam de antemão que podiam e iriam certamente, surgir-lhes casos frequentes de esterilização voluntária e aborto, era o mesmo que dizer "sim" retirando as formas, os meios, para a realização, de facto, desse "sim".

Importa salientar que a objecção de consciência é de extrema importância em qualquer domínio; ela representa um direito que qualquer pessoa pode ter perante este ou aquele facto. Todavia, quando essa objecção, esse direito, entra em conflito ou impede e vai contra o direito de outros(as), cria-se um conflito que pode adquirir aspectos muito vivos: um conflito de direitos.

Parece-me ainda que não seria de retirar aos médicos o direito à objecção, mas sim criar departamentos ou serviços específicos que se destinassem a fazer cumprir o que a lei e a própria Constituição dispõem relativamente ao aborto. Quer dizer: locais, dentro de serviços hospitalares adequados, onde fossem efectivamente garantidos os direitos de quem os procura.

Considerando o aborto uma forma última de resolução de problemas graves, espero não ser "condenada" por fazer a sua defesa enquanto tal. Não o defendo enquanto método contraceptivo mas, como disse, como uma derradeira forma de interromper algo que não se deseja por motivos vários: sociais, económicos, de saúde, etc.

Curiosamente, sempre (ou quase sempre) que tem havido vontade por parte da maioria de alterar a Constituição, ela tem sido alterada. Porque é que não acontece isso relativamente ao aborto? Porque não se modifica a lei? É que se cai no ridículo, no lamentável ridículo de fingir que se ignoram os abortos (100.000 em 1976) por um lado, enquanto que por outro existe uma lei que o penaliza. Porque se

A Constituição Portuguesa afirma, no seu artigo 67.º alínea d), que incumbe ao estado "promover, pelos meios necessários, a divulgação dos métodos de planeamento familiar e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente".

Desde 1976 que o planeamento familiar está integrado nos Serviços de Saúde (Despacho da Secretaria de Estado da Saúde de 16 de Março de 1976). Assim, e por força desse Despacho, temos que:

- A política oficial considera o planeamento familiar um direito humano e uma medida de saúde e não um factor de política demográfica;
- As opções sobre meios e métodos contraceptivos são do foro pessoal e conjugal;
- É assegurado a todos, sem discriminação, o livre acesso às consultas e outros meios de planeamento familiar;
- As consultas e os meios contraceptivos são gratuitos;
- Os métodos de contracepção postos à disposição da população são os hormonais, mecânicos, químicos naturais e cirúrgicos.

A esterilização voluntária, quer feminina, quer masculina, só pode ser escolhida como método contraceptivo por maiores de 25 anos. É reconhecido aos médicos o direito à objecção de consciência em relação à prática da esterilização voluntária.

- A Lei n.º 6/84 de 11 de Maio "exclusão de ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária de gravidez" pune o aborto com 2 a 8 meses de prisão, excepto em determinadas circunstâncias e dentro de prazos estipulados, para evitar o perigo de morte ou grave e irreversível lesão da saúde da mãe; quando haja seguros motivos para prever que o nascituro venha a sofrer, de forma incurável, de doença grave ou malformação; quando a gravidez tenha resultado de violação.

Em qualquer destes casos é necessário o aborto ser feito por médico, em estabelecimento hospitalar oficial ou oficialmente reconhecido, e com o consentimento da grávida. A lei reconhece o direito à objecção de consciência por parte dos médicos e profissionais de saúde.

fecham os olhos? Por razões de má consciência (e não só). Aqui entra o papel preponderante da Igreja Católica relativamente a estas questões. E ela é clara; para a Igreja até os métodos contraceptivos são "atentados à vida humana". E aqui pergunto: então os atentados que se exercem depois, quando se vive ou sobrevive? Então não é mais criminoso apoiar formas de sociedade onde as pessoas (crianças e adultos - não vejo diferença) lhes falta tudo para ser Humano? Onde não têm sequer direito à dignidade inerente a cada vida humana? E não basta que a Igreja venha dizer que reprova a fome e depois ajude a matar. Porque mortes existem várias e não se me afigura mais grave (pelo contrário) interromper uma gravidez (por razões de peso, obviamente) do que consentir que morram milhares de seres em todo o mundo por falta de alimento.

PLANEAMENTO FAMILIAR

Relativamente aos métodos contraceptivos e às consultas de planeamento familiar, também aí as coisas se passam à margem do que seria desejável.

Também aí existe discriminação (sobretudo nas consultas). As mulheres solteiras ou muito jovens são tratadas à margem. De um lado as casadas, do outro as "doidas", as "bárbaras sem eira nem beira", as "sabe-se lá com quantos se terá deitado e quem será o pai da criança". A maneira como o pessoal para-médico trata estas pessoas é absolutamente revoltante. Daí que muita gente se iniba e acabe por não ir às tais consultas (quando existem e quando têm vaga em tempo útil minimamente aceitável).

Quanto aos métodos contraceptivos eles são, na maioria dos casos, da escolha do médico, e a vontade de cada mulher não interfere quase nada. Isto, por um lado, por questões culturais, de falta de informação, etc. Por outro porque: "o Sr. Dr. é que sabe...". E afinal o que resta da sexualidade feminina depois de tudo isto? Como terá prazer uma mulher escravizada, cansada, e ansiosa e amedrontada no momento da relação sexual? Muitos problemas que passam pelos consultórios psiquiátricos se poderiam resolver se se resolvessem e/ou destruíssem os ta-

bús ao nível do sexo. De forma definitiva, real. Não apenas no papel, bem escolhidas as frases para outros lerem e acharem de bom tom. Falo da sexualidade feminina, sobretudo, porque são as mulheres que enchem as salas de espera das tais consultas de planeamento. Claro que há excepções; há homens que chamam a si a responsabilidade de procriar ou não. Mas esses são apenas marcos, excepções que apenas servem para confirmar a regra.

Relativamente ainda à questão do aborto, tratada aqui no início, vem depois a forma como ele é praticado neste país: mesmo quando se enquadra nos parâmetros previstos na lei, a mulher vê-se, por força da já referida objecção de consciência de muitos médicos, forçada a recorrer a parteiras. E aqui pelo menos duas coisas é certo que acontecem: ou se tem dinheiro e então faz-se um aborto com condições de higiene, eficácia, etc., aceitáveis, ou não se tem disponibilidade económica (e esta é a grande maioria) e vai-se à parteira de preço mais acessível e correm-se todos os riscos possíveis, desde o ser-se humilhada até à ineficácia do acto; e a mulher acaba na urgência de uma Maternidade, com hemorragias e a ser novamente maltratada (aí sobretudo pelo pessoal de enfermagem). Chega-se ao ponto de insultar quem quer que chegue à urgência (mesmo em casos de aborto espontâneo) com termos que podem levar a mulher a pensar que o acto sexual e o que daí resultou não passa de uma coisa vergonhosa e suja, indigna e reprovável aos olhos de uma sociedade ela sim indigna, reprovável e corrupta. Claro que, com tal sistema de coisas, as parteiras (e os médicos que lhes servem frequentemente de suporte - que ninguém fique de fora!) obtêm quantias enormes de dinheiro num só dia, mas correm muitos riscos: é que quando o aborto corre mal é sempre a parteira quem vai parar à cadeia e nunca é colocado em causa aquilo que a fez tornar-se uma "máquina de ganhar dinheiro". Ao "fechar os olhos" permite-se que uns enriqueçam, outros tenham falsos pruridos de consciência (será que sabem o que isso é?) e outras morram ou fiquem marcadas para toda a sobrevida que ainda lhes restar.

Maria Magos Jorge



Amadeo de Souza Cardoso
1912

Anarquia e Não violência (Continuação)

impotente perante a evolução dos novos métodos repressivos.

É isto o que o meu amigo Barthélemy De Ligt já concretizou. Enquanto anarquista tinha previsto que depois da guerra civil espanhola as lutas para a libertação humana exigiriam espantosas hecatombes.

Juntos tivemos numerosas conversas a seguir ao meu regresso de Espanha e, usou bem o contributo desta experiência, criando um opúsculo "O problema da guerra civil", que lhe inspirou a necessidade de métodos de luta mais actualis. Eis o que escreveu:

"A violência é parte integrante do capitalismo, do imperialismo e do colonialismo, que pela sua natureza são violentos, tanto como é húmida a neve. A exploração e a opressão das classes e das raças, a concorrência internacional pelas matérias-primas, etc., não seriam possíveis sem a aplicação sistemática de uma violência sempre crescente. Elimina a violência e toda a estrutura actual se afundará. Por outro lado podemos dizer com plena segurança que quanto maior for o uso da violência na luta revolucionária de classe, menor será a possibilidade de

sucesso.

Aceitamos a luta por uma nova ordem social, com acordo que seja uma luta pela justiça e pela liberdade e que se conduza com métodos verdadeiramente humanos. Participamos com convicção no movimento de emancipação de todos os homens e grupos de oprimidos. Mas nós procuramos introduzir e aplicar métodos de luta consentâneos com os nossos fins. Porque sabemos por amarga experiência, quer pessoal quer social, que quando, não importa em que ambiente, fazemos uso de métodos essencialmente em contradição

com o fim procurado, estes meios inevitavelmente se desviarão do fim, mesmo quando tiverem sido aplicados com a melhor das intenções."

A nós só resta procurar os métodos que poderão substituir-se com eficácia pela luta necessária ao derrube da actual iniquidade social. Ou quais os métodos pacifistas e nãoviolentos que liquidarão a guerra, todas as guerras.

(Introdução, tradução e organização de Jorge M. Colaço)

O Definhamento da Nova Ordem Mundial

A paisagem político-econômica continua em mutação acelerada. O mapa geopolítico continua a ser delimitado. As cartas continuam a ser baralhadas. Os dados continuam viciados. Da fuga para a frente da Comunidade Europeia na Cimeira de Maastricht à formação da Comunidade dos Estados Independentes e consequente extinção da União Soviética na Cimeira de Minsk, na Bielorrússia, da independência da república da Eslovénia e da república da Croácia à tentativa de unificação das duas Coreias, do fiasco da viagem de Bush ao Japão à importância da política externa alemã em assuntos extremamente melindrosos para muitas nações da Europa, tudo indica que há vários corpos sociais em movimento, com direcções e velocidades diferentes, e às vezes ao mesmo nível, o que se torna perigoso.

Por exemplo, ver Bush embuchado à mesa do primeiro-ministro nipónico pode ser uma caricatura engraçada, se o encararmos como um vendedor que não consegue impingir o produto (no caso automóveis) porque está desfasado dos padrões dos consumidores. Mas o caso muda de figura ao entrarem em jogo factores simbólicos. Quando o moderador ("speaker") da Câmara Baixa do Parlamento no Japão, Sakuranchi, acusa os trabalhadores dos Estados Unidos de serem "preguiçosos e iletrados" e de "fabricarem muitos produtos com defeitos." (*International Herald Tribune*, 21-Janeiro-92), ele apenas faz aparecer velhos ressentimentos e recalcações. Veja-se a resposta de um membro do Partido Democrata americano: "A atitude de Sakuranchi ao ofender os trabalhadores americanos foi a mesma que o Japão teve no dia em que os seus aviões atacaram Pearl Harbor. A sua arrogância acabou em 1945 quando aprenderam a plena medida das capacidades americanas." (*IHT*, 22-Janeiro-92.)

Talvez não seja por acaso que, perante a recessão que o capitalismo americano atravessa, surjam propostas marcadamente racistas e ultranacionalistas (*America First*), veiculadas por David Duke na Louisiana ou Patrick Buchanan no seu New Hampshire, e obtenham apoios significativos. (Quem tiver lido *A Personalidade Autoritária*, do Adorno, percebe o alcance de tais manifestações.) Não é também por acaso que o próprio Bush recorre a um símbolo, com o objectivo de agarrar eleitores que se sentem defraudados com o *read my lips*. Tentando fazer ceder a

Comunidade Europeia, no respeitante à política agrícola. Bush diria: "Mais cedo ou mais tarde a Comunidade Europeia terá de deixar de se esconder detrás da sua Cortina de Ferro de protecção. (...) Nós ganhámos a guerra fria e ganharemos as guerras competitivas." (*IHT*, 14-Janeiro-92.) Este é o género de palavreado agressivo que pretende esconder as reais dificuldades por que passa o capitalismo americano.

De facto, a ascensão económica dos vencidos da Segunda Guerra Mundial conjugada com o desaparecimento efectivo de um dos vencedores frustra sobremaneira os estrategistas do complexo militar-industrial. Tantos milhões de dólares gastos em armamento para se chegar à situação actual: a Alemanha e o Japão a procurarem influência política que se condizem com o seu efectivo peso económico. Alemães e Japoneses estão de acordo: os Estados Unidos têm de abandonar a capa com que os protegem e se protegem.

Veja-se o que escrevia *The Guardian* (7-Fevereiro-92): "Em questões relacionadas com a justiça social e a liberdade individual, os Alemães tendem a classificar-se como o bom modelo e simultaneamente classificam o modelo britânico como mau. (...) Os Estados Unidos são malvistas em questão de justiça social e distribuição de riqueza." Esta *assertiveness*, como dizem os Americanos, manifestou-se na pressão feita para reconhecer a Croácia e a Eslovénia, de tal modo que Hella Pick escreveu em *The Guardian* (10-Janeiro-92): "Ser paciente, consultar, escutar, usar discernimento (*judgement*) no inegável poder que possui, é o conselho que está a ser dado à Alemanha."

A versão japonesa da *assertiveness* está bem expressa no livro *Le Japon sans complexe*, de Shintaro Ishihara, editado em 1991. Foi nele que beberam tanto Sakuranchi como Miyazawa, quando lançaram críticas à política industrial dos Estados Unidos, que tanta celeuma e "indignação" têm causado nos *chief executive officers* e não só.

Ishihara defende que o Japão e os Estados Unidos se devem relacionar em pé de igualdade, exige que os Japoneses tenham uma defesa própria (nipónica), tanto mais que são tecnologicamente superiores aos Americanos, aos quais chama brancos, logo racistas. No capítulo "Um programa para a América", Ishihara dá vários conselhos,

mas os que se referem à reestruturação das empresas parecem evitados de corporativismo, que Mussolini ou Salazar não desdenhariam ("reorganizar os sindicatos para aumentar a identificação com a empresa; desenvolver nos empregados o sentimento de que têm um objectivo comum com a sua empresa.") Em qualquer parte do mundo as empresas continuam a funcionar de maneira contraditória: há os que vendem força de trabalho e os que a compram, mais sofisticada ou menos sofisticada a exploração continua. O vendedor de força de trabalho, seja engenheiro informático ou pessoal de limpeza, enquanto tal, nunca se confundirá com o patrão da empresa que dispõe dos lucros a seu bel-prazer.

Uma nova tentativa de dividir o mundo em esferas de influência está em marcha.

Os Estados Unidos oscilam: tão depressa apoiam o golpe de Estado na Argélia como expulsam os refugiados haitianos, tão depressa acusam o Sudão de espalhar o fundamentalismo (será que vão atacar Cartum?) como dão luz verde à Turquia para bombardear os curdos, tão depressa defendem o comércio livre como recusam reduzir o número de armas nucleares, tão depressa ajudam Li Peng como desajudam Ieltsin. A União Soviética desfez-se. A terapia

de choque que está sendo aplicada nalgumas repúblicas, especialmente na Rússia, pode conduzir a convulsões incontroláveis.

O Reino Unido já tinha um problema bicudo na Irlanda do Norte, tem agora mais outro na Escócia, que também aspira à independência. A França inclina-se para a direita, *Le Pen, le salaud*, quer pôr o Estado francês de pernas para o ar. Os governantes portugueses, que ocupam a presidência da Comunidade Europeia, prestaram um mau serviço à causa dos direitos humanos, quando receberam o carrasco de Tiananmen sem nada dizerem sobre a anexação do Tibete. Em Timor como no Tibete o combate é o mesmo.

Com o Tratado de Maastricht assinado, exigindo que "os Estados Unidos apoiem activamente e sem reservas a política externa e de segurança da União num espírito de lealdade e de solidariedade mútua." (*Le Monde*, 8-Fevereiro-92), o que poderá suceder se a Alemanha conseguir impôr a sua hegemonia na União Europeia?

Com alguns americanos a reconhecerem que "o papel da América tem de mudar", porque os Estados Unidos "não podem por mais tempo ser os garantes da Pax Americana e o poder económico dominante." (editorial da *Business Week*, 10-Fevereiro-92), será que vamos assistir a uma reedição mais elaborada do Eixo?

Júlio Palma

Mudam-se os tempos Mudam-se as cidades

Não sou um adepto fervoroso das Perestroikas, e muito menos das suas sequelas e sucedâneos: estados evitados de espírito ultra-nacionalista, racistas e chauvinistas, dirigidos por vira-casacas que ontem eram marxistas-leninistas e hoje são os mais fanáticos adeptos da Civilização Cristã e Ocidental, da economia de mercado e da livre concorrência. Estes pressupostos não significam que eu defenda o "antigamente" na Europa de Leste. O Estalinismo está morto e bem enterrado (pelo menos no que toca à Europa) e não são abencerregens como Fidel, Kim Il Sung ou Cunhal que o irão ressuscitar.

A FAMIGERADA DOENÇA INFANTIL

A minha passagem pelo Marxismo, na sua vulgata leninista, foi ténue: doença benigna que não deixou marcas. Quando me afirmava marxista "dos quatro costados", pensava muito mais em Rosa Luxemburgo, Karl Korsch, Anton Pannekoek ou mesmo Trotsky, do que na teoria e prática de Vladimir Ilitch Ulianov (vulgo Lenine).

Como podem constatar, contra a tal doença infantil do Comunismo, mas a cura não foi ministrada por Lenine, Staline e quejandos. Curou-se, sim, com a benéfica terapêutica de Bakunine, Malatesta, Stirner, Kropotkin e Proudhon.

A partir dessa altura tornei-me, a bem dizer, um produto híbrido, repositório de filosofias que não são tão antagónicas como parecem à primeira vista.

OS ÍDOLOS DE PÉS DE BARRO

Não é, porém, para falar de mim que estou a escrever. Quero, outrossim, divagar acerca da limpeza radical de tudo o que cheira à antiga ordem, que se está a processar nos países que, até há pouco, pertenciam ao mundo do Socialismo dito real.

Derruba-se ídolos (sejam eles de pedra ou de carne e osso), ilegaliza-se os ex-todo-poderosos Partidos Comunistas em nome do pluralismo democrático, altera-se a toponímia de cidades, ruas, aldeias, nações, repetindo exorcismos passados, limpando as manchas deixadas por ideologias banidas.

S. PEDRO E OS PASTORINHOS

Tudo isto vem a propósito da ex-Leninegrado que, para gáudio de democratas e reacionários, de monárquitos e nacionalistas, de cristãos e vira-casacas foi solenemente rebaptizada de S. Petersburgo.

Depois da sua toponímia imortalizar um autocrata que, pelo menos, teve o mérito de arrancar a Rússia do semi-feudalismo em que vivia, Leninegrado (cidade de Lenine) voltou à primitiva designação de Cidade de S. Pedro, santo padroeiro de outro autocrata que subjugou os povos

que hoje se libertam do domínio da "Santa Rússia" (modernamente apodada de URSS). Falamos do Czar Pedro, o Grande, igualmente idolatrado por comunistas e anti-comunistas. Nem sequer houve, da parte dos novos governantes, vontade de chamar à grande metrópole do Báltico, o nome que ela teve no princípio do século: Petrogrado (Cidade de Pedro). Não senhor, o nome sagrado do Apóstolo fica muito melhor numa Rússia, finalmente convertida às profundas teses geo-políticas de 3 iluminados pastorinhos que a Virgem, a História e o Bom-Senso fizeram ser surpreendidos por seres extra-terrestres nesta ocidental Cova da Iria lusitana, no longínquo e predestinado ano de 1917.

DE BOM GRADO E DE MAU GRADO

Para mim (volto a falar em mim, já é vício...) Leninegrado será sempre Leninegrado, e não me acusem de leninista, pois há outras cidades que houveram por bem adoptar o nome dos seus mentores ideológicos, e nem por isso me adapto às novas designações. Por exemplo, não me habituo a chamar Ho-Chi-Minh a Saigão. Também não consigo identificar Volgogrado com Stalinegrado, a velha resistente anti-nazi que, apesar do ferrete do ditador georgiano, apresenta um espírito heróico e histórico mais profundo do que a insípida terminologia de Cidade do Volga.

Se, na sua fúria separatista anti-sérvia e filo-germânica, as Repúblicas Jugoslavas decidissem voltar à sua antiga aura austro-húngara, alguém conseguiria identificar Agram e Laibach com Zagreb e Ljubljana?

O SEXO DOS ANJOS

Prefiro a Chemnitz do Kaiser e Bismark à Karl Marx - Stadt de Ulbricht e Honnecker. Há mudanças e mudanças...

S. Petersburgo e Lourenço Marques são, depois de tanta luta, toponímicos completamente impensáveis... ou talvez não! Há sempre uma Perestroika desconhecida que espera por nós!

Esperemos que Istambul não se torne, de um momento para o outro, mercê de qualquer golpe de estado palaciano ou alteração súbita na massa cinzenta de um futuro governante Turco, novamente em Constantinopla ou Bizâncio, para não termos de chegar à conclusão que tudo isto não passa de uma tremenda BIZANTINICE!!!

Palavras não eram citadas, e eis que os media informam: a eslavíssima Ljubljana foi transformada em germânica Laibach. O sentido de independência e de identidade nacional dos eslovenos cedeu ao saudosismo da Corte Imperial dos Habsburgos Austríacos.

Fernando Jesus Almeida

Anarquismo na Polónia

Três milhões de desempregados, despedimentos em massa no sector público, a quase supressão da segurança social, desastres ecológicos, miséria, racismo, lei contra o aborto. E face a este cenário que a FAP (Federação Anarquista Polaca) tenta remobilizar uma população cansada de utopias; uma população guiada por um totalitarismo monolítico. Encontrámo-nos com um militante da FAP do grupo da Cracóvia.

A FAP

"A FAP, criada há 3 anos, é bastante pluralista, sobretudo por se tratar duma organização jovem; não tivemos ainda tempo de nos cristalizar nos problemas de dogma, tentamos acordar num mínimo para conseguir agrupar o máximo de grupos anarquistas políticos. Funcionamos como uma rede, sobretudo no campo anti-militarista, durante um ano."

Os jovens militantes que a compõem não participaram nas lutas organizadas ou apoiadas pelo Solidariedade. Mobilizaram-se, principalmente, contra o Serviço Nacional (cuja duração é de 2 anos).

"Também as lutas ecológicas mobilizaram muitos de nós. Habitamos um país de catástrofes ecológicas. Por vezes, na cidade, uma criança absorve em meia-hora a quantidade anual de chumbo autorizada pelas normas oficiais."

Em Cracóvia, uma percentagem impressionante de mulheres tem abortos espontâneos. Modestamente o nosso companheiro afirma que se trata de um movimento pequeno. Actualmente conhecem-se mais de 12 grupos distribuídos pelo país, e cada grupo é composto por 3 a 15 membros. Contudo as suas manifestações chegam a mobilizar mais de 2000 pessoas.

O PODER

"Aparentemente a Polónia assemelha-se a uma democracia parlamentar ocidental. Na realidade é dominada pela igreja e por forças muito conservadoras. De facto a Polónia é um Estado autoritário, nacionalista e católico. Sobre a questão do aborto, 10% dos parlamentares são capazes de pressionar todos os outros de modo a fazer aprovar leis restritivas. Recordemos a esse respeito que o Parlamento recusou mesmo o debate sobre a repressão do aborto; praticado livremente desde 1956 e aprovado por uma grande maioria de mulheres, a lei foi há pouco revogada. A igreja conseguiu penetrar nas instituições: Parlamento, Escola, Universidade."

OS MOVIMENTOS

"O objectivo dos governantes é o de permitir a integração da Polónia no sistema capitalista. Puseram em prática um liberalismo dogmático cuja teoria é a redução dos encargos por forma a permitir o desenvolvimento económico que financie os direitos sociais. Evidentemente isto não funciona. O país está economicamente debilitado, o que impede qualquer êxito do liberalismo. Vive-se um terrível período de recessão; as pessoas têm cada vez menos dinheiro e estão muito pouco organizadas. Dificilmente se pode falar em conquistas sociais uma vez que os direitos que existiram nunca foram conquistados através da luta, mas facultados pelos regimes comunistas. Serviram para subornar a população visando reduzir as tensões. O que não impede que esses direitos tenham existido e que actualmente as reformas tenham sido reduzidas, a segurança social praticamente suprimida e que seja

Cont. pág. 8

URBANISMO

Homem e Natureza: conciliação possível?

Lisboa tornou-se uma cidade onde é notório um corte com a Natureza. Os espaços verdes são cada vez em menor quantidade e diversas espécies da fauna e flora desapareceram, ou estão em vias disso.

Tudo devido a um crescimento descontrolado e selvagem, sem olhar a meios e não tendo em conta outro aspecto que o lucro fácil. Os espaços verdes não são meramente decorativos e o seu desaparecimento reflecte-se, física e psicologicamente, nos habitantes da cidade. As cidades, sobretudo as de grandes dimensões, são causa de desequilíbrio ecológico. Há, contudo, formas de prevenir ou, pelo menos, atenuar, os seus efeitos prejudiciais.

A civilização ocidental está marcada por um virar as costas à Natureza, ou pior, por ver nela um rival a abater. Enquanto se mantiver este dualismo, e Homem e Natureza não forem encarados como elementos de um todo, cuja relação não é a de dominação e exploração, será impossível haver um futuro promissor.

O grande crescimento populacional dos centros urbanos, sobretudo com a Revolução Industrial e o consequente alargamento da área das cidades, foi apenas mais um passo para a radical oposição homem/natureza. De facto, o espírito humanista e antropocêntrico dominante desde o Renascimento, já muito contribuiu para extremar posições e afastar irremediavelmente duas realidades que já haviam sido tão próximas. A ideia dum planeta criado para o Homem deu lugar a tais abusos e aproveitamentos que melhor seria falar dum planeta criado para ser por ele destruído.

Também a ideia marxista dum imperativo de dominar a natureza se situa claramente nesta linha de pensamento.

Toda esta herança tem contribuído não só para o referido dualismo mas também para uma visão muito distorcida do que é a natureza. Ela tem sido olhada da perspectiva humana, ou seja do seu possível aproveitamento e da sua utilidade. Até mesmo grande parte das preocupações ecológicas e ambientalistas de hoje estão imbuídas deste espírito utilitário e funcional. A necessidade de preservar a Natureza é, em última análise (ou em primeira) a de assegurar a sobrevivência do próprio Homem. O buraco na camada de ozono não incomoda por romper o equilíbrio natural mas por pôr em causa a vida humana.

Para além deste afastamento ideológico há também, actualmente, uma grande distanciação geográfica. Quem parta da cidade leva horas a alcançar uma zona em que exista um certo equilíbrio ecológico e onde o Homem ainda mantenha um certo respeito pela natureza. Aliás, tais zonas vão rareando uma vez que os centros urbanos, funcionando como autênticos "sorvedouros", obrigam a uma exploração cada vez mais intensiva e esgotante dos recursos naturais; o meio rural é obrigado a alterar-se face às exigências do urbano.

De facto as cidades longe de serem autosuficientes importam do exterior todos os seus bens alimentares e de primeira necessidade, mas até estes lhes chegam a tal ponto transformados que dificilmente poderão ser identificados com a sua proveniência.

A VIDA NA CIDADE

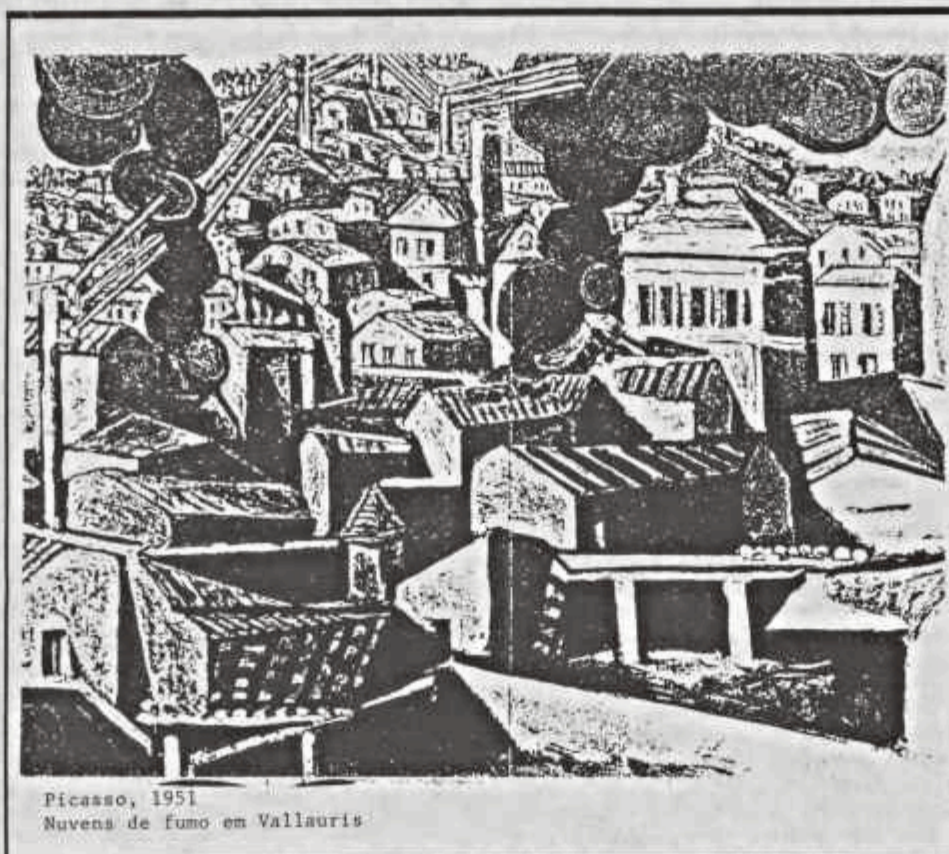
Poder-se-ia pensar que toda esta mudança teria contribuído para um real conforto e melhoria da qualidade de vida dos habitantes e que, por tal, seria "justificado".

Porém, verifica-se exactamente o oposto. Na realidade o progressivo alargamento em extensão das cidades sem uma cor-

respondente descentralização dos locais de trabalho, implica que a distância a percorrer entre a habitação e o emprego é cada vez maior. Pior ainda, significa que a determinadas horas do dia, milhares ou milhões de pessoas convergem para o centro da cidade utilizando vias que não têm, de modo algum, capacidade para escoar, em pouco tempo, um tal movimento. O mesmo ocorre quando, ao fim da tarde, as pessoas abandonam os empregos para regressar a casa.

Assim, ao tempo perdido numa deslocação já de si longa, acresce o de horas passadas nas filas de espera de acesso à

parte do baú de pedra, no cimo, em baixo ou a meio, à direita, à esquerda ou mesmo em frente. Além disso, na maior parte das vezes, uma aiga nada sabe da outra, mas mesmo nada, como se entre elas houvesse, não apenas uma parede de pedra, mas Manono, Apolima, Savaii [3 ilhas do grupo de Samoa] e inúmeros mares. Muitas vezes mal sabem o nome das que lhes estão ao lado e quando se encontram, ao entrar para o abrigo, cumprimentam-se de má vontade ou zunem, quais insectos hostis, como se estivessem zangados de se verem constrangidos a viverem perto uma da outra.⁽¹⁾



Picasso, 1951
Nuvens de fumo em Vallauris

cidade (ou/e em transportes superlotados). Sabendo-se que duas horas diárias é o mínimo que cada um perde e que o horário de trabalho é de oito, façam-se as contas do tempo que resta depois de descontado também o período indispensável de sono.

Para além do mais, o tempo gasto em deslocações não é alvo de qualquer retribuição. É escusado entrar em pormenores quanto aos efeitos nefastos para o meio ambiente de tais movimentações maciças de carros.

Outra desvantagem é que, durante o horário normal de trabalho, se torna praticamente impossível circular ou estacionar numa cidade que não tem capacidade para albergar uma tal quantidade de veículos. Pelo contrário, à noite o centro da cidade torna-se um verdadeiro deserto.

As mudanças no centro da cidade devem-se, sobretudo, à destruição de antigos edifícios, alguns de bastante valor arquitectónico e histórico, tendo em vista construir grandes blocos de escritórios de gosto mais do que duvidoso.

A cidade perdeu a beleza estética e a sua cintura é quase totalmente constituída por indústrias, bairros de lata, e por enormes prédios de habitação construídos de modo completamente desordenado, sem obedecer, na maior parte das vezes, a um mínimo de regras de urbanização.

Cada um destes blocos alberga dezenas ou mesmo centenas de indivíduos que não estabelecem entre si qualquer tipo de laços humanos. Chegou-se, assim, ao paradoxo de ser possível viver na maior solidão no meio de milhares de pessoas.

Mal nos apercebemos da situação trágico-cômica em que vivemos. Atentemos na descrição que de nós faz alguém pertencente a uma civilização completamente distinta: "A maior parte das cabanas é habitada por maior número de pessoas do que as que há numa só aldeia de Samoa. É preciso, por isso, saber-se exactamente o nome da aiga [família] que se quer visitar. Porque cada aiga ocupa a sua pró-

OS ESPAÇOS VERDES

As cidades são, como se sabe, grandes focos de poluição que afecta primeiramente os seus habitantes mas que acaba por ter efeitos desastrosos no equilíbrio ambiental a uma escala muito maior. Nem que fosse apenas por esse motivo a importância das zonas verdes seria vital; como garante da respirabilidade do ar. Encará-las exclusivamente sob esta perspectiva é, contudo, ter uma visão reducionista.

Na realidade o que se pretende não é unicamente o alargamento dos espaços de relvados ou a melhoria, a todos os níveis, de zonas florestais como a de Monsanto. Trata-se, sobretudo, de criar condições para que na cidade se restabeleça um equilíbrio perdido.

Uma cidade não tem necessariamente que destruir o meio em que surge, pode integrar-se nele ou integrá-lo em si. Isto implica, obviamente, a quebra de fronteiras bem definidas entre homem e natureza, entre as zonas de habitação ou trabalho e os espaços verdes.

Preservar e desenvolver zonas importantes como Monsanto, os Parques Periféricos e Oriental, não é criticável mas fica bastante aquém do desejável.

Para além destas zonas se situarem na periferia da cidade mantém-se a compartimentação que habitualmente transforma as zonas verdes em ilhas isoladas no meio de blocos de cimento.

É sobretudo necessário evitar artificialismos e promover ao máximo a fusão entre os dois meios: humano e natural. Estes objectivos passam, entre outros aspectos, por uma cidade menos poluidora e poluída, numa redução substancial do trânsito automóvel e, sobretudo, por um grau elevado de consciencialização e capacidade de iniciativa por parte dos cidadãos.

Sérgio Duarte

(1) O Papalagui, Antígona, 1987 (8.ª ed.).

Uma Cidade

As exigências da "civilização" são insaciáveis. Nunca, na sua já longa história, foi este Planeta espaçoso, materialmente rico e ecologicamente equilibrado, tão implacavelmente explorado e desarticulado como hoje em dia. À medida que aumenta a população, os seus tentáculos alcançam os mais longínquos recantos do globo, resultando em desequilíbrios ecológicos e mesmo na ameaça à sobrevivência da vida.

Alguns dos problemas da civilização datam de há alguns milénios, mas a esmagadora maioria pertence a um passado recente, desde a origem dos centros urbanos industriais durante os últimos três séculos. Nestes centros já vivem 40% dos cinco biliões de pessoas e 52% dos 6,1 biliões viverão nas cidades no início do próximo milénio. Por todo o mundo há um desenvolvimento citadino monolítico. São habitats asfaltados, dominados pelo Homem, predatórios, poluídos e insalubres. Em suma, são aglomerados - em contínua expansão - contendo pessoas, máquinas e lojas com um incondicional domínio sobre os homens.

As nossas cidades são inteiramente dominadas pelas pessoas, e são monstruosidades superdesenvolvidas, com um "apetite devorador" por bens materiais e o rápido declínio de capacidades. As leis da natureza são imutáveis. A catástrofe é o único destino para um sistema tão desarmónico.

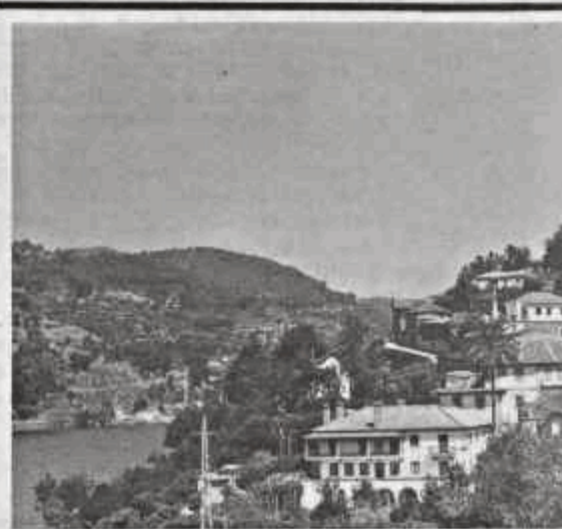
"CIDADES VERDES"

Tornar as cidades verdes é uma resposta natural para as inabitáveis, entró-

picas e monstruosas cidades que criamos. Uma cidade verde é, por definição, uma cidade viva, onde se realizam todos os potenciais das forças naturais inter-relacionadas. De certo modo é completa na sua capacidade de sobrevivência. As entradas e saídas de energia encontram-se equilibradas, ou melhor, a saída de energia tem um valor superior.

Uma tal cidade é um aglomerado de material biológico e recursos culturais, que produz ao máximo grau relações harmoniosas. Mais especificamente, uma tal cidade baseia-se nos conceitos seguintes:

- Não é dominada pelo Homem;
- É auto-suficiente;
- Os componentes materiais e biológicos encontram-se equilibrados e integrados;



CENTROS HISTÓRICOS

Que reabilitação ?

As cidades medievais europeias têm, entre si, semelhanças que se traduzem frequentemente numa estrutura urbana concêntrica em volta do castelo senhorial, da catedral ou do centro cívico.

Os edifícios, dispõem-se de forma irregular ao longo das ruas sinuosas criando um tecido labiríntico que, sem respeitar alinhamentos, formam recantos e criam pequenos espaços onde se prolongam as actividades dos interiores, protegidas das intempéries.

As casas de dois ou três pisos, agrupam-se em torno de pátios interiores ajardinados.

O tipo de solução construtiva difere de zona para zona, conforme as tradições e os materiais locais, mas é bastante difundido o que assenta numa estrutura de madeira, com ressaltos a nível do segundo piso, e enchimento de alvenaria.

Os comerciantes exploravam a loja do rés-do-chão e habitavam os andares superiores.

O espaço interior era caracterizado pela ausência de divisão e de especialização. Em contrapartida, os equipamentos encontravam-se no exterior e eram de uso colectivo: lavadouros, balneários, forno de pão, chafariz, hospital, etc... (L. Munford, 'The City in History', 1961.)

As casas das famílias ricas estão disseminadas por todo o espaço urbano e distinguem-se das outras apenas pela maior dimensão e pela traça arquitectónica.

A topografia social em mosaico surge quando convergem na mesma cidade várias comunidades étnicas, com valores culturais diferenciados e por vezes conflituosos, como aconteceu em Lisboa a partir do séc. XIII, com o seu bairro cristão intramuros, a Mouraria já fora do recinto fortificado, e as judiarias.

A morfologia acidentada do solo foi igualmente factor de zonamento, encontrando-se preferencialmente nas zonas elevadas, mais arejadas, com melhor vista e ensolaradas, as áreas residenciais e, nas zonas baixas, com acessos facilitados, as áreas comerciais.

No exterior das muralhas, a proximidade das Portas da Cidade era pólo de

convergência de comerciantes e artesãos, e a área de influência da urbe - o campo urbano - prolongava-se pelos eixos viários radiais que a ligavam às zonas rurais, os "faubourg" ou falsos burgos.

A falta de espaço dentro da cidade muralhada reduz a diferenciação espacial, ricos e pobres mantêm estreitas relações de vizinhança e de clientela.

Com a transformação dos sistemas económico e social, as cidades foram crescendo de modo a adaptarem-se às novas exigências e, outros polos dinamizadores vão-se formando. Em Lisboa, no séc. XVI, assiste-se à transferência do paço real do Castelo para junto do rio da cidade baixa, ao desenvolvimento do centro comercial da Rua Nova dos Mercadores, à ocupação das terras do Bairro Alto pela aristocracia urbana e, a partir do século XVIII, ao desenvolvimento de um tecido urbano planeado, racionalizado, para servir os interesses burgueses - especulação fundiária, circulação, nivelamento na qualidade do parque habitacional.

Durante o séc. XIX as operações de renovação urbana são regra em todas as grandes cidades europeias. As lutas operárias contra o poder do Estado burguês são identificadas com o habitat degradado do tecido urbano medieval, de ruas estreitas, becos e pátios, onde os revolucionários encontravam abrigo. Haussman, ao rasgar "boulevards" e avenidas tinha como objectivo desalojar o foco de insurreição, destruir as habitações insalubres mas também permitir a instalação de uma nova burguesia e favorecer a realização de importantes benefícios financeiros para os intervenientes no processo.

As operações de renovação continuaram durante a primeira metade do século XX mas tornaram-se particularmente devastadoras durante os anos 60 e 70. Em França, na década de 60, houve mais de 100 operações, cobrindo perto de 60 ha - demolição de 50.000 alojamentos e construção de 85.000 (P. Merlin e F. Choay, 'Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement', 1988.)

A situação resultante é a de uma sectorização da cidade, com base em níveis



Foto: Clara Vieira

distintos de rendimentos, onde se verifica o agrupamento das actividades comerciais em pontos de confluência e a degradação das zonas habitadas do centro.

Os velhos solares urbanos são subdivididos em apartamentos com áreas muito reduzidas e ocupados por uma população economicamente desfavorecida.

Nas cidades de menor importância, a área de degradação é geralmente a cintura do centro de confluência. (Burgess e Bogue, 'Urban Sociology', 1964.)

Um fenómeno decorrente deste estrangulamento, é a deslocação para a periferia das actividades comerciais e mesmo de escritórios, o que de certo modo põe em causa a sobrevivência do bairro de negócios.

Quem habita então os centros degradados?

Nas grandes cidades europeias são, em grande percentagem os imigrantes, atraídos pelo baixo valor das rendas e pela presença de elementos da colectividade étnica ou religiosa a que pertencem.

Em Lisboa, os bairros antigos são ocupados em percentagens quase idênticas por uma população envelhecida, de poucos recursos, e por grupos de migrantes originários de zonas deprimidas do interior que mantêm verdadeiras redes de acolhimento, emprego e apoio de conterrâneos. (A. F. Costa, 'Ambivalências, Formas Sociais e Culturais no Bairro de Alfama'.)

A estrutura urbana medieval, de ruas estreitas, pequenos largos e escadinhas, dificulta a circulação automóvel e favorece o relacionamento entre vizinhos. Para isso contribuem também as reduzidas dimensões dos fogos, que convidam à permanência no exterior, e as raízes rurais da população com os seus laços de solidariedade. O contraste com o ambiente associal das cidades dormitório criadas pelas operações de urbanização de áreas rurais, é por demais evidente.

O reconhecimento dos valores históricos e ambientais, expressos pela arquitectura e pelo traçado urbano, vem adicionar-se à posição privilegiada na área de influência do centro, o campo urbano.

O desejo de retorno ao centro antigo por grupos sociais com maior poder económico, intelectuais e comerciantes de produtos de luxo (antiquidades, design, artesanato importado, restaurantes...) desencadeia operações de reabilitação. Em França, nos anos 70, certas zonas antigas - Cité, Place des Voges - foram despejadas dos seus habitantes e recuperadas para habitações de luxo, para gente economicamente mais favorecida.

Actualmente, as operações de reabilitação procuram manter a população residente e ultrapassar a disparidade entre o baixo valor das rendas e o elevado custo das obras de beneficiação, através de empréstimos a fundo perdido.

Os trabalhos de recuperação e restauro de edifícios antigos são difíceis devido à especificidade dos materiais e processos construtivos que variam segundo as épocas e as culturas e diferem dos que se usam actualmente nas construções comuns. Exigem conhecimentos e capacidade tecnoló-

gica que vão dos processos tradicionais até aos mais modernos e sofisticados.

Por outro lado, há que prever um sistema eficiente de realojamentos provisórios sempre que não é possível manter os habitantes no local durante a execução dos trabalhos.

Também a estrutura da propriedade, predominantemente privada, dificulta as operações de reabilitação integrada.

Para além do que ficou dito, convergem nestas zonas interesses contraditórios, vias de evolução conflituosas, que criam situações de ambivalência. Exemplo disso é o tipo de comércio grossista, necessitado de grandes áreas de armazenamento, que se instala nos centros degradados devido aos baixos preços do solo e à situação de proximidade do centro de comércio e serviços, que se por um lado contribui para a manutenção dos edifícios, por outro, ao expandir-se, provoca a terciarização do bairro e destrói a qualidade ambiental que justamente o tornava atraente. É também o caso da instalação de discotecas e bares nocturnos, atractivos para consumidores externos mas repulsivos para os habitantes do bairro.

A recuperação dos edifícios degradados e das áreas urbanas envolventes tem, a curto prazo, como resultado o bem estar da população residente que passa a beneficiar de maior conforto - parte importante dos fogos construídos até finais do séc. XIX ainda não têm instalações sanitárias - e a manutenção de edifícios que de outro modo cairiam em ruínas levando à destruição do traçado urbano, permanentemente ameaçado pelas operações de renovação.

A médio prazo, dada a estrutura etária envelhecida da população primitiva, é de prever a instalação de grupos sociais com capacidade económica suficiente para a manutenção do edificado.

Depois, espera-se que a sensibilidade e o bom senso prevaleçam à fúria devastadora de especuladores e de funcionalistas primários, e que a qualidade formal das arquitecturas antigas bem como a beleza do espaço exterior sejam geradoras de uma melhor qualidade de vida onde os laços de solidariedade evitem a solidão e os espaços públicos para além de simples rede de circulação, sejam lugares de passeio, descanso, convívio, divagação...

Tal como Alberti, teórico do séc. XVI, observou:

"No coração da cidade, é preferível que as ruas não sejam rectilíneas, que não cessem de se perder em desvios como o curso natural de uma ribeira. Parecem assim muito compridas e adequadas a dar uma ideia favorecida da cidade, e podem evitar surpresas desagradáveis. Por outro lado, o passante que segue as deambulações das ruas vai descobrir a cada passo uma perspectiva nova e a porta de entrada de cada habitação com o seu espaço particular; e, enquanto nas grandes cidades as correntes de ar são desagradáveis e mais, achar-se-á agradável poder dispôr, como nas pequenas, desse espaço abrigado pela próxima curva da rua."

Clara Vieira 7

Ecológica

- É uma cidade que se recicla, na qual o desperdício é uma fonte para fins utilitários;
- As relações entre todos os elementos são de apoio, cooperativas e não exploradoras;
- Uma tal cidade tem vastos espaços abertos, jardins, parques, quintas, regatos, cursos de água ou costa marítima e baldios. É habitada tanto por seres humanos como por outras espécies animais - aves, mamíferos e peixes -;
- Uma "cidade verde" é uma cidade que se auto-preserva. Baseia-se no princípio das necessidades mínimas, por forma a eliminar ou reduzir o desperdício. No caso deste ser inevitável, é reciclado criando produtos úteis;
- É uma cidade limpa e saudável, com um grau de poluição mínimo ou nulo;

- Numa "cidade verde" o mais importante é a saúde. Uma vez que as doenças e moléstias são entrópicas deve-se dar ênfase à vida natural, lazer, exercício, yoga e alimentos orgânicos, sem químicos, não processados e não excessivamente cozinhados;
- A cidade será concebida por forma a que todos os elementos (humanos, naturais, materiais, tecnológicos, etc.) se relacionem de modo estético, harmonioso. As casas, escolas, ruas, parques, árvores, paisagens e centros de comércio serão "habitats" com beleza e ritmo. Os desenhos, cores, formas e tamanhos basear-se-ão na imaginação, inovação e relações naturais;
- A cidade fornecerá um vasto horizonte de actividades culturais. Teatros, desportos aquáticos, praias, salas públicas de concerto, jardins de convívio, museus de ciência e história, e praças públicas darão oportunidade às relações humanas, amor, amizade, bondade, partilha e alegria. Por outras palavras, a cidade seria uma **Agora**, um festival de alegria e desenvolvimento integral.

A "cidade verde" é fundamental no plano urbano e humano. É um desafio aos centros urbanos, monstruosos, feios, doentes, corruptos e predatórios que criamos. Dá uma nova dimensão à vida humana e ao futuro da civilização.

Traduzido e condensado de "Vision and Joy of Green Cities", Rashmi Mayur, em Green Cities, de David Gordon, ed. Bantam Rose Books, 1990.

Por Sérgio Duarte



Carta do Brasil

Semeando Livros, Distribuindo Cultura

Em meu poder 13 obras de Ediciones Madre Tierra, Mostóles, Espanha.

A editora é nova, empreendedora, promete semear cultura sociológica, contribuir para uma melhor compreensão da história que os historiadores escamoteiam com prejuízo da cultura geral da Humanidade.

Pese o "esquecimento" de publicar obras de autores de língua portuguesa (Brasil e Portugal), Madre Tierra está empenhada numa sementeira de grande alcance sociológico, pretende levar a verdade, porque é a verdade, a todas as pessoas que defendem e pregam a emancipação social e humana.

A História é um conjunto de verdades provadas, inquestionáveis. No entanto a história que nos ensinam e temos de decorar está cheia de inverdades, de "heróis" de carácter duvidoso, de procedimentos que analisados à luz da verdade, da ciência social, só podiam constar no anedotário universal, se é que merecem que se gaste tinta com eles.

Quantos delinquentes em potencial e revelados, deflagradores de guerras, exploradores responsáveis por matanças e fome de milhões de seres humanos como nós, em todo o mundo, que morrem diariamente aos poucos, debaixo dos viadutos ou ali mesmo nas calçadas, diante da indiferença de quem passa.

Para ajudar a por o carro nos trilhos da história a editora Madre Tierra já lançou 13 títulos e promete continuar...

Vale a pena falar, ainda que superficialmente, dos autores e das obras que fazem parte do seu catálogo:

Breviário del Pensamiento Educativo Libertário, da italiana Tina Tomasi. A autora avalia a educação e o ensino proposto por Rousseau, William Godwin, Roberto Owen, C.H. de Saint-Simon, Etienne Cabet, Charles Fourier, Victor Considerant, Max Stirner, Proudhon, Bakunine, Tolstói, Kropotkine, a peda-

gogia libertária de Jean-Marie Guyan, de James Guillaume, de Eliseu Reclus; a experiência da escola Cempuis, a Escola Moderna de Barcelona de Ferrer, La Roche e Summerhill; as teorias de Vicenzo Russo, Carlos Pisacane, E. Malatesta, Pietro Gori e L. Fabbri.

O estudo de Tina Tomasi é uma síntese valiosa da vida e da obra de um punhado de revolucionários, de libertários da pedagogia contemporânea.

Não menos apaixonante e sério é o estudo que o francês Gaston Leval fez, *El Estado en la Historia*. Envolve a autoridade e natureza do poder, os caminhos do Estado, a Casta estatal, a fiscalidade, a economia do Estado, o centralismo estatista, o Estado Credor do privilégio económico, estatismo e religião.

Nesta obra o escritor Gaston Leval persegue os passos dos grandes tiranos da humanidade, suas guerras, seus crimes, suas conquistas, seus domínios, nem sempre explicados pelos nossos historiadores.

No campo político-social o escritor Juan Gomes Casas, com o título: *Nacionalimperialismo y Movimiento Obrero en la Europa* (até depois da Segunda Guerra Mundial) estuda o movimento operário europeu (excluindo o português). É uma obra valiosa com fortes citações históricas, uma boa contribuição à história do movimento social, trabalhista da Europa e suas implicações políticas, governamentais.

Outra obra, esta em três volumes, com o título *C.N.T. en la Revolución Española* (ilustrada), da autoria de José Peirats. E dos trabalhos mais completos que já se escreveram sobre a Guerra Civil em Espanha (1936-1939), lançada agora em nova edição por *Madre Tierra*.

José Peirats, recentemente falecido em Espanha, foi um dos mais activos e cultos militantes libertários, director e colaborador de vários jornais, autor

de valiosas obras. Viveu muitos anos no exílio para escapar do "garrote vil" de Franco.

Estudo não menos valioso é o livro de Francisco Olaya Morales, *El Oro de Negrin*. Neste trabalho exaustivo, uma autêntica investigação, o escritor Francisco Olaya denuncia os delapidadores do Tesouro espanhol que devia ser usado para comprar armas e derrotar os rebeldes falangistas espanhóis, mas que na verdade a maior parte foi parar à Rússia, e o resto serviu para abrir contas em França, no México, montar firmas comerciais e deixar ricos, no fim da guerra, umas dezenas de políticos espanhóis: ministros socialistas, democratas, militares, comunistas e oportunistas.

A editora *Madre Tierra* lançou também: *Por Tierras de Moros* (el exílio espanhol en el Magreb), de José Muñoz Congost; *El Apoyo Mutuo* de Pedro Kropotkine; *Economía Libertária* (alternativa para um mundo em crise), de Abraham Guillen; *Economía Autogestionaria*, de Abraham Guillen; *Socialismo Libertário* de Abraham Guillen; *Hechos y Figuras del Anarquismo Hispano-Americano* (história social da América Latina, excluindo o Brasil), do professor Angel J. Cappelletti; *La Intervención Estrangeira en la Guerra Civil* (espanhola), de Francisco Olaya Morales; e *Desde Nuestra Escuela Paideia*, de Josefa Martin Luengo. Nestas obras os autores falam da origem da vida, do apoio mútuo entre as espécies; da guerra espanhola (1936-1939), da tragédia dos seus exilados, da ajuda dada ao General Delgado para entrar em Portugal, pela C.N.T., e participar na Revolta de Beja; estuda-se socialismo libertário, a economia mundial, a questão social na América Latina e uma experiência Escolar, a educação antiautoritária e psicomotriz, numa escola Livre envolvendo experiências levadas à prática desde 1979 pelo Co-

lectivo Paideia, em Mérida. A base é o livro *Fregenal de la Sierra*, uma experiência de escola em liberdade, apoiada no exercício pedagógico autogestionário.

Nossa incursão pela editora Madre Tierra ficaria incompleta se não falássemos de Felix Alvarez Ferreras, poeta e escritor espanhol radicado em França que nos enviou *Poèmes Pour la Paix*, de Albert Chantraine de sua tradução.

Felix Alvarez Ferreras também nos deu a triste notícia do falecimento do amigo e companheiro Victor Garcia (Germinal Garcia).

Conhecemos o escritor Victor Garcia no Rio de Janeiro em 1953, durante um congresso na Urca, na residência do professor José Oiticica, e desde então mantivemos um relacionamento amigo. Victor Garcia nasceu em Espanha, viveu algum tempo no Sul do Brasil, radicou-se depois na Venezuela e faleceu em França no final de 1990.

Sua obra é profunda e valiosa: *Escarceos Sobre China*, *Bakunin*, *La Internacional Obrera*, *La Moral Anarquista y el Trabajo Moralizador*, *Utopias e Anarquismo*, *La Sabiduria Oriental: Taoismo, Budismo, Confucionismo, Museihugi*, e a mais recente que me enviou: *Antologia del Anarcosindicalismo*, Edições Ruta.

Estas são algumas das obras de Victor Garcia, todas importantes para quem deseje conhecer o mundo do trabalho e das ideias que os escritores e os historiadores "oficiais" nos sonegam (como disse o poeta lusitano Guerra Junqueiro: têm medo de "enterrar os dentes nos frutos da Verdade").

Vale a pena salientar que o plano editorial de *Madre Tierra* é imenso, vai até onde as forças dos seus colaboradores o levarem, sempre semeando livros, distribuindo cultura libertária.

Edgar Rodrigues

SUPOSIÇÃO

Quem sabe se algum dia os que mandam no mundo, se não é pura ilusão o de que no mundo mandam, não se reúnem numa cimeira em que, além de comerem e beberem e de tirarem fotos para a posteridade, declaram ter concordado em fazer de Jerusalém uma cidade bem autónoma em que a ocupação fundamental seja a de contactos profundos e verdadeiramente criadores entre as três religiões que lhe são caras, reservando o devido espaço para os que se declarem ateus, e procurem por outro lado informar-se, por exemplo, de Budismo e de Animismo, insistindo menos nos ritos do que no essencial que sempre enamorou os místicos e com o qual alguns se conseguiram até casar, e ainda menos nos costumes que têm muitos de ir às igrejas para se protegerem de doenças ou de outras experiências que, parecendo agressivas, tanto de bem trazem quando se dobra o cabo. E não se esqueça ninguém de que Cabo da Boa Esperança chamaram os Portugueses ao que foi tão importante para o mundo. Mas a tal cimeira não devia terminar aqui, embora por lá devesse começar. Procurariam em seguida seus integrantes de que modo se poderia vir a viajar, sem passaportes nem vistos, nem hostilidade alguma, entre, vamos dizer Telavive sobre o Mediterrâneo e Acabá sobre o Mar Vermelho, sempre seguros de que haveria em qualquer ponto do trajecto inteira possibilidade de ser para israelitas, palestinianos ou jordanos. E já agora, mas para outra fantasiada cimeira, a de sabermos como se constrói um mercado comum de petróleo com um entendimento federal entre uma Arábia Saudita, Iraque e Quíte, pronta a Síria a, com boas maneiras e acordo Turco e Iraniano, policíar e pacífico o conjunto, nada de esquecer o Líbano, se alguma questão mais complicada se levantasse. Pensai nisto e, além de pensar, começai a reunir todas estas no vosso próprio espírito, a verificar como nos podemos divertir com sonhos que amanhã podem tornar-se reais.

Agostinho da Silva

Anarquismo na Polónia continuação

necessário pagar os medicamentos. Surgiram mesmo na imprensa títulos como: 'Agora estamos todos unidos perante os medicamentos.' Isto começa a enervar as pessoas e os movimentos sociais começam a surgir. Como exemplo temos os aposentados que, com reformas de 'código de pão' estão numa situação terrível; vêm-se obrigados a trabalhar para sobreviver. Uma grande manifestação, relativamente espontânea, organizada pelo antigo sindicato do regime comunista mas que rapidamente o ultrapassou, reuniu 5000 reformados que invadiram o palácio presidencial. Outro exemplo, a greve dos condutores de autocarro do verão passado e a mais interessante, a de Cracóvia. O sector público está praticamente destruído por ser considerado pouco rentável. O governo decidiu, então, manter duas das dez linhas existentes, para além de fomentar a concorrência de duas empresas privadas, do que resultaram despedimentos em massa. Os condutores ocuparam a central de autocarros durante dois meses, dos quais um foi de greve geral. Vendo que tinham posto a população contra si, resolveram retomar o serviço mas por sua conta. Tiveram então o apoio da população que pagava me-

nos pelo seu bilhete de autocarro. A repressão não tardou, com a intervenção brutal da polícia. Foram levadas a cabo várias acções para os ajudar: colecta financeira, manifestações, troca de bilhetes, expulsão dos fiscais dos autocarros pelos passageiros...

A par disto houve também lutas contra os despedimentos e pelos aumentos dos salários.

O RACISMO

Assiste-se cada vez mais a um afluxo de pessoas que vivem nos países de Leste mais pobres. Os Romanos, Turcos búlgaros, Ciganos romenos, quando não são explorados são reduzidos à mendicância. São, frequentemente, vítimas do racismo e espancados por 'skins'.

O governo desenvolve, actualmente, uma propaganda racista declarando prever que oito milhões de pessoas vindas da União Soviética passarão pela Polónia mas, não podendo atravessar as fronteiras para o Ocidente, terão de permanecer aqui. Isto criou conflitos entre operários. O governo orienta a cólera social para um nacionalismo exacerbado."

ANARCO-FEMINISMO NA POLÓNIA

Há uma iniciativa por causa do problema dos jovens, uma iniciativa feminista no sentido revolucionário do termo, ou seja considerando que não há libertação social sem libertação das mulheres e inversamente. O grupo anarco-feminista organizará, brevemente, uma reunião internacional para criar uma tendência feminista dentro do movimento anarquista. Estas mulheres pedem que lhes enviem livros, documentos sobre as análises e discussões feministas para efectuar trocas nesta base.

As mulheres da OPOLE (grupo de federação anarquista) formaram o primeiro grupo anarco-feminista polaco. O seu primeiro trabalho foi a elaboração de um comunicado destinado à conferência de "Class War" e a estabelecer contactos com mulheres anarquistas e feministas na Hungria e na Checoslováquia.

Traduzido por Sérgio Duarte de "Courant Alternatif"

QUE ESCOLA ?

A escola transforma em sacrifício essa emocionante abertura à vida que é a aprendizagem. Através do preconceito e do autoritarismo o Estado controla o pensamento dos jovens para os fazer aceitar a desigualdade.

Mas como acabar com a escola sem acabar com a instrução? O que se pretende é um ensino de onde tenha sido eliminado o princípio da autoridade. Desejável seria que o ensino se fizesse na própria zona de habitação, porém, não nos podemos esquecer que para muitas crianças as suas casas são hoje piores que a escola e as ruas também não prestam como ambiente. O essencial é que as escolas deixem o seu sentido tradicional passando a associações onde as pessoas vão livre e gratuitamente

aprender aquilo em que tiverem interesse, e que ensinarão por sua vez a outros alunos e aos próprios professores. Onde a competição tenha sido eliminada, onde o ensino se identifique com a vida, a sociedade, a natureza, o jogo. Onde o plano de estudos e os horários não precisem de ser rígidos.

Para isso há que continuar a criticar a escola e incentivar a sua autonomia. Revindicando a descentralização até à desvinculação completa do Estado e a gestão por associações de pais, professores e alunos. Apoiando projectos de ensino libertadores, forçando reformas estatais e consciencializando os professores sobre a sua função. Estabelecendo o saber não como monopólio mas como produto e bem social, desmistificando a ideologia estatal.

A nível universitário a revolução no ensino é mais fácil, permitindo, inclusive, eliminar custos da hierarquia académica. Temos exemplos de autogestão estudantil dos anos sessenta, de grupos de professores que se organizaram autonomamente para contestar a cultura universitária, de reuniões informais de Verão onde se prescindia de reitores, conselhos académicos e debutantes da meritocracia. Aqui cabe um papel especial aos anarquistas, os desmistificadores, por excelência, na organização de universidades populares, em que se dinamizasse o movimento cultural e se reunisse o maior número de intelectuais.

A revolução no ensino começa, a sério logo que cresça suficientemente o número de 'falhados' que não se acobardem pela coacção. Mas é claro que a única educação boa é crescer num mundo bom.

Júlio Esteves



INDONÉSIA E TIMOR LESTE

Resposta do Governo Indonésio ao massacre de Sta. Cruz

"Este relatório aprecia a resposta do governo indonésio ao massacre de 12 de Novembro, no cemitério de Santa Cruz. Conclui que a designação dos membros e métodos de trabalho da comissão nacional de inquérito nomeada pelo governo era fatalmente deficientes e as suas conclusões inaceitáveis. Outros aspectos da resposta governamental e militar ao massacre foram igualmente inadequados; em vez de prevenir futuras violações dos direitos humanos e garantir o julgamento dos responsáveis a resposta acompanhou-se de novas violências contra os timorenses. O relatório termina com uma lista de recomendações ao governo indonésio e aos Estados membros das Nações Unidas para corrigir a actual crise dos direitos humanos em Timor Oriental. A Amnistia Internacional continua a instar a comunidade internacional para assegurar uma investigação completa e imparcial do massacre de Santa Cruz e das suas consequências sob os auspícios das Nações Unidas."

Após uma longa crítica da resposta do governo indonésio e do relatório da comissão de inquérito por ele nomeada a Amnistia Internacional aborda dois temas da maior importância e que o massacre propriamente dito deixa geralmente para um segundo plano bastante discreto: o que se está a passar depois do massacre e aquilo que se passou antes do massacre de Santa Cruz. É dessa área do relatório da A.I. que extraímos o que segue.

VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS DEPOIS DO MASSACRE

Informações recentes obtidas pela Amnistia Internacional indicam que as forças de segurança usaram a investigação do massacre de Santa Cruz como oportunidade para intimidar e prender supostos opositores da dominação indonésia em Timor Oriental. Muitos activistas políticos, incluindo muitos jovens e sacerdotes católicos, continuam a ser submetidos a detenção, ameaças de morte e espancamentos. Dúzias de pessoas foram vítimas de execuções extra-judiciais desde o dia 12 de Novembro, admitindo o governo que cerca de 90 haviam "desaparecido".

Mais de 60 detidos em Timor Leste e na Indonésia, em conexão com o incidente, estão presentemente sob acusação judicial. 18 dos quais por subversão que é passível de pena capital. A Amnistia Internacional julga que alguns, senão todos, são presos de consciência. A prática passada relativa a julgamentos políticos na Indonésia e em Timor Leste tem demonstrado que os padrões utilizados estão longe das normas internacionalmente aceites.

Pelo menos 40 pessoas, a maior parte acusadas de haverem participado na proclamação de 12 de Novembro, continuam detidas em Dili e outras poderão encontrar-se detidas noutras partes do território. As autoridades declararam que 14 serão acusadas de subversão e que outras enfrentarão acusações políticas ou criminais menos graves. Incluem três funcionários públicos timorenses acusados de confiarem segredos militares a uma potência estrangeira e que principiarão a ser julgados em fins de Janeiro. São incriminados ao abrigo do artigo 112.º do Código penal criminal indonésio, que prevê penas que podem atingir 7 anos de cadeia. A Amnistia Internacional tem sérias dúvidas quanto à equidade destes julgamentos.

Em Jakarta 22 estudantes timorenses permanecem na cadeia após prisões efectuadas durante um protesto pacífico contra o massacre de Santa Cruz ou por transmitirem informações acerca da violação dos direitos humanos em Timor Leste. A maior parte foi mantida incomunicável por períodos variáveis e julga-se que alguns foram torturados ou sofreram maus tratos. Quatro dos 22 serão, provavelmente, acusados de subversão. Os restantes 18 vão, tanto quanto se sabe, ser acusados ao abrigo dos artigos 154.º e 155.º do Código Criminal indonésio que define "exprimir sentimentos de hostilidade, ódio ou desprezo" pelo governo indonésio como uma ofensa criminal. Três estudantes universitários timorenses detidos em Denpasar desde Novembro último pela sua acção política não violenta ou actividade em prol dos direitos humanos, poderão igualmente ser julgados.

UM LONGO HISTORIAL DE VIOLAÇÕES

O massacre de Santa Cruz não pode ser sensatamente entendido como incidente isolado ou como uma aberração numa situação aparte isso aceitável no domínio dos direitos humanos. Desde a invasão do território em 1975 as forças governamentais indonésias têm sido responsáveis por violações grosseiras e sistemáticas dos direitos humanos. A Amnistia Internacional tem repetidamente exprimido as suas preocupações quanto à ocorrência de prisões arbitrarias em larga escala, tortura, execuções extra-judiciais e "desaparecimentos" naquele território. Há vários anos que apresenta um relatório anual sobre estes factos à Comissão Especial das Nações Unidas para a Descolonização. A informação de Agosto de 1991 referia um aumento das prisões políticas e da tortura. Relatava também a morte de, pelo menos, 30 pessoas no ano anterior e centenas de casos não solucionados de

"desaparecimento".

A Amnistia Internacional está apreensiva quanto aos direitos humanos na própria Indonésia. Centenas de pessoas terão sido executadas extra-judicialmente pelas forças governamentais em Aceh, 1991, elevando para 2000 o número de assassinios políticos naquela província desde 1989. Mais de 150 presos de consciência - incluindo estudantes universitários, supostos comunistas, activistas Muçulmanos e hipotéticos simpatizantes de movimentos cisionistas em Aceh e em Irian Jaya - estão a cumprir longas sentenças por alegada subversão. Tal como mais de 200 outros presos políticos julgados em anos anteriores estão a ser condenados após julgamentos que não satisfazem os critérios internacionalmente reconhecidos de equidade. Centenas de pessoas foram detidas por razões políticas em Aceh e Samatra do Norte; muitas foram mantidas incomunicáveis por períodos que atingiram vários meses antes de serem libertadas sem serem inculpadas. Houve persistentes relatos de torturas e maus tratos a presos políticos e suspeitos criminosos que conduziram à morte de alguns deles. Quatro pessoas foram sentenciadas à morte e um preso político executado enquanto sete outros permanecem em risco iminente de execução. A despeito de repetidas solicitações nunca foi permitido à Amnistia Internacional visitar Timor Leste; há quase 15 anos que a organização visitou a Indonésia pela última vez.

As continuadas violações dos direitos humanos desde que a Indonésia invadiu Timor Leste há mais de 16 anos são motivo de séria preocupação. Para a Amnistia Internacional requerem uma resposta firme e imediata da comunidade internacional e das Nações Unidas em particular.

(Extraído de Amnistia Internacional, Fev. 1992)

TIMOR LESTE É ... CULTURA

Timor Leste, entre nós, é o espanto pela barbárie, é o espanto pela coragem, é o espanto pela Resistência. Uma Resistência que, entre nós, também assume sentimento e gestos de afirmação de uma cultura própria.

Hoje, quem se quiser aproximar de Timor Leste pela via do consumo cultural pensará nas actuações dos grupos etno-gráficos ou nas poucas edições relativamente acessíveis - lembremos a obra *Timor, Ritos e Mitos Ataúros* de J. B. Duarte (edição do ICALP) e as obras de Ruy Cinatti comercializadas pela IN-CM (edição do Instituto de Investigação Científica Tropical).

É no domínio das publicações culturais de temática leste-timorense que importa salientar as cuidadas edições da Fundação Austronésia Borja da Costa e, em especial, a sua nável revista *CORAL*. Esta, além de recordar o mar, de abraçar Portugal e Timor, oferece informação histórica, antropológica, musical, literária...

A revista *CORAL* constitui, no nosso entender, um óptimo ponto de interrogação oportunamente apresentado às gentes das ciências e das artes, em particular, e ao público, em geral.

Ponto de interrogação ilustrado, fundamentado, capazmente impresso, pode encontrar-se em várias livrarias de renome, no D.M.F. do C.N.E. e em algumas escolas universitárias.



Tb.

ILUSTRAÇÃO DA REVISTA CULTURAL DE TEMÁTICA TIMORENSE CORAL.

TIMOR LESTE! EAST TIMOR! TIMOR ORIENTAL!

Para os leitores interessados em informar-se e em contribuir para que em Timor Leste haja um processo de autodeterminação, haja um fim à sangrenta ocupação militar indonésia, oferecemos algumas referências para contacto em Portugal e em alguns outros países da Europa.

Além dos organismos cujos endereços publicamos queremos ainda referir que a AMNISTIA INTERNACIONAL também acompanha a situação de Timor Leste com preocupação e dispõe de documentos próprios.

PORTUGAL

- Fundação Austronésia Borja da Costa. Organização cultural timorense reconhecida como "instituição de utilidade pública".
Endereço: Rua Caetano Alberto, 19/1000 Lisboa/Tel. 847 33 75.

• Dispõe de publicações sobre lendas e sobre música de Timor, de exposição de fotografia artística. Apoiado pelo grupo maubere KDADALAK - que tem desenvolvido actividade musical, de dança e de teatro. O grupo KDADALAK actua em Portugal e no estrangeiro. A sua arte foi exibida por televisão no nosso país e fora de fronteiras, tendo chegado a vários continentes.

- Comissão para os Direitos do Povo Maubere. Esta "organização não governamental" está sediada em:

Endereço: R. Pinheiro Chagas, 77, 2.º Esq.º / 1000 Lisboa/Tel. 352 87 18/19/20 e Telex: 64062 CIDAC P.

• Criou e facilita "Timor Leste - Exposição Itinerante", constituída por um conjunto de 19 painéis de 100X70 com esta sequência temática: Território/Cultura/História/Ocupação e Genocídio/Resistência Nacionalista/Papel da Igreja/Ação Diplomática/Solidariedade. A C.D.P.M. dispõe ainda de dispositivos, de cassetes vídeo, de cassetes áudio com música tradicional e de publicações.

- A Paz é Possível em Timor-Leste. Organização de cristãos. Tem dois endereços, para correspondência: Rua de Campolide, 215, 4.º D/1000 Lisboa.
para atendimento: Rua Castilho, 61, 2.º D/Lisboa/Tel. 57 69 52.

• Dispõe de pequena exposição (fotos/texto, de cassetes áudio ou vídeo, de dispositivos e de publicações).

- Paz e Justiça para Timor Leste. Grupo de cristãos da Diocese do Porto. Correspondência ao cuidado do Padre José Lopes Baptista, endereçada à Igreja da Pasteira/4100 Porto/Tel. 68 34 09.

• Dispõe de publicações e promove actividades por si mesmo ou em colaboração com outras entidades.

- Professor Barbedo de Magalhães. Este docente coordena as Jornadas de Timor da Universidade do Porto. Dirigir correspondência para - Reitoria da Universidade do Porto/R. D. Manuel II/4000 Porto.

- C.D.P.M. do Porto. Endereço: R. Fresco, 91 r/c E/Leça da Palmeira/4450 Matosinhos.

OUTRA EUROPA

Mr. Pollak
East Timor Committee
Wibons vag 12, 2tr
S - 171 60 Solna
Suécia

TAPOL
111 Northwood Road,
Surrey CR7 8HW
Reino Unido

Rui Gomes
Secretariado Europeu - M.C.P.
(Movimento Cristão para a Paz)
rue Stévin, 92
1040 Bruxelles
Bélgica

Timor SOS - Bruxelles
s/c José Lima
R. Pavie 13
1040 Bruxelles
Bélgica

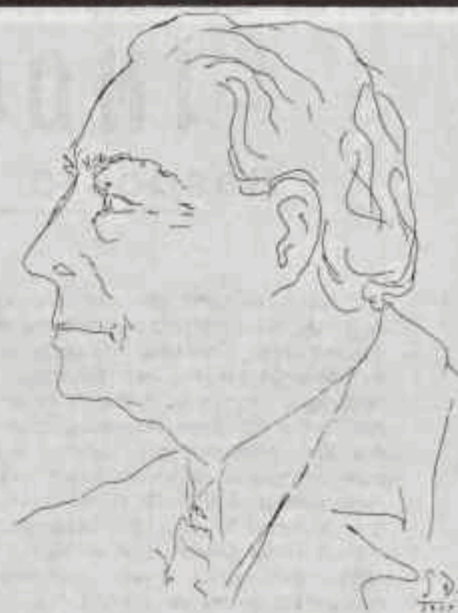
Komitee Indonesia
(s/c Yvette Lawson)
Minahassastraat 1
Postbus 40066
1009 BB Amsterdam
Holanda

IEPALA
Hermanos Garcia Noblejas, 41-B.º
28037 Madrid
Espanha

ASTO
Association de Solidarité avec Timor Oriental
B.P. 23507
75327 Paris Cedex 07
França

Mr. Gottfried Meruy
Austrian Committee for East Timor
Jagdshloglass 42/44 - A
1130 Wien
Austria

Leonardo Coimbra, anarquista



Perfil de Leonardo Coimbra
Desenho de Sant'Anna Dionísio (1937)

Leonardo José Coimbra nasceu a 29 de Dezembro de 1883 na vila da Lixa, perto de Amarante. Estudou em Penafiel e em 1905-1906 foi para o Porto cursar Matemáticas na Escola Politécnica. Em 1907 casou com Maria Amélia Coimbra, parenta do poeta António Nobre. Neste mesmo ano fundou com Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Álvaro Pinto e Teixeira de Pascoaes a revista libertária *Nova Silva*. A orientação da revista, que tinha como divisa "Libertas", obedecia ao seguinte texto:

"Sem servilismos de programas, de escolas, de dogmas - absolutamente livres de preconceitos - obedeceremos tão somente aos impulsos da razão incoercível e indomada.

Libertas!

La luta das paixões, que convulsionam a Humanidade, será essa palavra fecunda o estímulo da nossa actividade, a directriz do nosso esforço.

Libertas!

Sim, liberdade e com ela o supremo Bem, a suprema Justiça."

Leonardo Coimbra publicou nesta revista vários textos e um deles costuma ser apontado como um dos primeiros textos definitivos: "O Homem Livre e o Homem Legal", publicado no primeiro número da revista. Na revista *Nova Silva* toma Leonardo pela primeira vez posição a favor de Francisco Ferrer, com um artigo chamado "Por Ferrer e por Nakens". O texto aparece no número 4 da revista, que traz na capa a seguinte indicação: "O caso Ferrer - em sinal da sua solidariedade e pública adesão às manifestações de repúdio contra a prisão e crime do pedagogo." Entre os vários colaboradores desta revista académica publicada no Porto

conta-se o advogado Campos Lima, então com vinte anos, que publicou no segundo número um poema de sentido social e mereceu a Jaime Cortesão, seu amigo, um retrato a carvão, que foi publicado no número 4 da revista. A *Nova Silva* divulgou, ao longo dos seus cinco números, trechos de Kropotkine, Sebastien Faure, Proudhon e Tolstói. Entre os seus colaboradores está Cristiano de Carvalho (1874-1940), conhecida figura libertária, que se manterá durante muitos anos próximo de Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoaes. Antes de 1909 o grupo da *Nova Silva*, já depois de extinta a revista, criou o grupo "ABC", que era um clube cultural que actuava junto das camadas populares do Porto e se inspirava em Hugo e Kropotkine.

Em 1909 Leonardo Coimbra participou activa e regularmente na segunda série do jornal anarquista *A Vida*, que então se publicava no Porto. O jornal tinha como director Manuel Joaquim de Sousa e inseria regularmente traduções de Jean Grave, Hugo, Proudhon, Bakounine, Réclus, Kropotkine, Malato, Guyan e Tolstói.

Os textos publicados por Leonardo Coimbra no jornal anarquista *A Vida* são textos filosóficos e de pensamento social e as posições defendidas por Leonardo neste jornal mostram-se as bases mesmas do seu futuro sistema filosófico, chamado **criacionismo**. Os pontos de partida do pensamento de Leonardo nesta altura são a liberdade e a autonomia da pessoa - autonomia esta que o leva a defender que todo o indivíduo é criador - e o primado da consciência moral sobre a consciência legal. Leonardo defende nas páginas anarquistas do jornal *A Vida* o livre-pensamento radical, mas avisa sempre que esse livre-pensamento - justamente para e por ser

livre - não pode solidificar em duas ou três fórmulas, que funcionem mais como palavras de ordem ou chavões político-culturais do que como verdadeiros apelos ao pensamento. O livre-pensamento era para Leonardo uma forma de dignificação do pensamento e não a divulgação ou vulgarização de chavões ideológicos, científicos, filosóficos ou religiosos. Aquilo que lhe interessa combater não é o sentimento religioso natural do homem - sentimento este que Leonardo considerava como parte fundamental da consciência moral do indivíduo livre - mas os preconceitos ou chavões religiosos (ou anti-religiosos), ou seja tudo aquilo que tendia a instituir-se como verdadeiro obstáculo à liberdade e ao desenvolvimento do pensamento do homem.

O que caracteriza o pensamento anarquista de Leonardo Coimbra é a tentativa ou a aspiração de superar todos os obstáculos e todas as cristalizações - sejam elas de tipo grosseiramente materialista ou economicista ou de tipo grosseiramente espiritualista ou anti-materialista. Neste sentido, tanto o jacobinismo político republicano como o positivismo de Comte ou o agnosticismo de Spencer, muito em voga nos círculos de doutrinação republicana, nunca lhe interessaram, pois lhe pareciam linguagens primárias, anquilosadas e presas aos seus próprios exclusivismos, de que não conseguiram libertar-se. A Leonardo interessa-lhe o pensamento livre de todas as paixões exclusivistas, liberdade esta que ele sentia como sendo aquilo que melhor garantia uma sociedade humana mais justa e criativa.

No semanário anarquista *A Vida* criticou, por várias vezes e em nome desta liberdade aberta do pensamento, Alfredo Pimenta, que professava por esta altura o positivismo (doutrina que nunca abandonou) e o credo republicano, em textos directos que punham em causa a parcialidade e a insuficiência da doutrina positivista, parcialidade e insuficiência estas que tinham levado Alfredo Pimenta a defender no jornal republicano *A Voz Pública* a pena de morte como terapêutica do organismo social.

A identidade do pensamento de Leonardo Coimbra com o pensamento do jornal anarquista *A Vida* parece ser total e o dístico do jornal (anónimo ao que parece) pode bem ter sido escrito por ele: "VIVER É UMA NECESSIDADE ABSOLUTA E A NECESSIDADE NÃO TEM LEI. SEM A FELICIDADE DE TODOS NINGUÉM PODE SER FELIZ E SÓ NO AMOR SE ENCONTRA A FELICIDADE."

Sem dúvida nenhuma, que foi no grupo anarquista de *A Vida* que Leonardo Coimbra encontrou a expressão perene da sua filosofia, para além de ter sido nesse grupo que pela primeira vez encontrou, o que é de menos importância, os seus conhecidos e depois muito aplaudidos dotes de orador. Há inúmeras referências no jornal a intervenções públicas suas e refiram-se aqui duas: a primeira em Julho de 1909 num comício contra a monarquia de Bragança, onde se permitiu discordar como anarquista de Miguel Bombarda, um médico republicano e positivista de grande prestígio na altura; e a segunda em Outubro de 1909 numa intervenção pública contra o fuzilamento do professor Ferrer. Publicamos em anexo um texto de Leonardo aparecido no semanário *A Vida*, para melhor se perceberem as relações do pensador com o anarquismo.

II

As relações de Leonardo Coimbra com o anarquismo são as relações mesmas do pensamento com a liberdade. Esta relação foi sempre desenvolvida pela filosofia de Leonardo, que permaneceu assim, ao longo de toda a vida do pensador, aquilo que começara por ser: uma afirmação da pessoa moral, do indivíduo, e a sua procura de autonomia e emancipação face às cristalizações sociais e de pensamento.

Leonardo Coimbra deixou uma vasta obra escrita no domínio da filosofia e do pensamento, caracterizada sempre pela relação da liberdade com a finalidade. A sua obra mais importante foi publicada em 1912, chama-se *O Criacionismo* e divide-se em duas partes: a primeira que é o "Esboço dum sistema filosófico" e a segunda que é a "Síntese filosófica". Em conjunto a obra perfaz muitas centenas de páginas e é considerada por muitos como sendo a expressão mais viva, ainda que polémica, do moderno pensamento

O INDIVIDUALISMO

Corre mundo uma falsa noção de individualismo, que convém analisar. Afirmam-se individualistas, reclamando-se com Ibsen e Nietzsche, certos temperamentos morbidos, insociáveis e egoístas. Aqui, como em tudo, a palavra tem indefinidos sentidos, percorrendo toda a série de possíveis caracteres e tendências moraes. Sendo a moral a expressão, o governo e a valorização da conduta individual, ela é variável com o grau de riqueza e harmonia da personalidade. Assim, quando a moral se define e resume numa religião, dentro do mesmo dogma as mais diferentes moralidades individuais podem existir.

É a refração do dogma através da personalidade.

Resumida a moral em sistema de ideias, sempre a diferenciação virá pela interpretação pessoal.

A moral individualista, se é a afirmação do egoísmo, a exaltação dos valores da personalidade biológica, não passa de um imbecil contrasenso.

A moral individualista no seu elevado sentido é imensamente sociável.

A sociabilidade biológica para as naturezas pobres, a sociabilidade universal para as naturezas profundas e religiosas. Não é então a moral católica o tipo ideal? Não realiza ela a máxima sociabilidade dos homens, fraternizando-os em Deus? Não.

Cria um dualismo irreductível, dentro da consciência, entre um ideal perfeito e eterno (petrificação de uma concepção humana imperfeita e temporal) e a própria imperfeição da vida, evolutiva e, num certo sentido, negando-se. Opondo ao paganismo sadio, contente adorador da natureza, a liberdade do Espírito, senhor da natureza, algo novo e fecundo lançou na terra. Mas, definindo a obra do Espírito, deu-a por concluída, e encarcerou-se na Terra sagrada do Dogma.

A lógica matou a moral. A inteligência construiu um mundo, e a vida, fonte pura da moral, tendo de adaptar-se, apoucou-se e, mutilada e exigua, foi-se fenecendo na contemplação de Deus.

Qual o sentido de uma individualidade? Fisicamente: o de um sistema material isolado no espaço e com consciência d'esse isolamento. O que lhe garante a consciência desse isolamento? O conhecimento não - eu, isto é, o convívio. Esse isolamento, como comprehendel-o? Se fosse completo, como explicar o indivíduo? O próprio isolamento nós o comprehendemos pela noção de sociabilidade: laços ténues, laços íntimos, laços fraternos. A moral indivi-

dual é a expressão integral e única das relações do indivíduo agente com o seu mundo. É violenta, falsa e degradante toda a moral, que proclama regras universaes. Um indivíduo é naturalmente estranho a outro indivíduo, só do indivíduo deve partir o esforço para a fraternização, porque só ele possui e define as suas relações com o ser. Ele necessariamente irá modificando a sua moralidade com o seu progresso no conhecimento do ser, pois a moralidade é esse mesmo conhecimento.

Quer isto dizer que não haja descobertas no mundo moral, que não haja, subjacente ao fenómeno, uma lei moral que lhe revele a sua profunda realidade metafísica?

As próprias descobertas do mundo científico (não se opõem metafísica e sciencia, completam-se) não traduzem relações, formas do Ser?

Ha verdades moraes que o pensamento do homem descobre, mas a sua garantia está na consciência individual. Eu posso ser levado a perscrutar a profundidade da minha alma, pela voz sugestiva de um revelador, mas essa voz só encarna e vive, quando se ergue apaixonada e fremente da minha consciencia iluminada. As relações científicas são também significativas quando me servem para decifrar o enigma do Ser, para procurar o sentido, a realidade da vida. Quando recebo uma formula moral, posso sentir-me esclarecido, então ela é bem o meu ser, a minha consciencia; posso aceitá-la por inercia, serei então o escravo de quem ma ditou. Uma verdade estranha ou nos possui ou, sendo já na nossa inconsciencia, vem nos alargar o horizonte moral, enriquecer e embelezar a vida. O individualista, que o é para legitimar a sua clausura egotista, regressa para a materia.

O moralista, que apregoa a sua moral eterna, é, na verdade, carcereiro de almas, fabricante de consciencias.

O uso methodico de uma ethica, gymnastica de Ling do espirito, levaria ao automatismo moral, que é a negação do homem. Tragica fraqueza a de Spencer ao presumir a organização da moral humana em instinctos!

Leonardo Coimbra

NOTA:

Este texto de Leonardo Coimbra foi publicado no semanário *A Vida* (10-1-1909, S. II-n.º 2, Ano V, p. 1) e nunca foi recolhido em qualquer livro de Leonardo Coimbra. Mantém-se a ortografia com que o autor o publicou.

filosófico português. O mais conhecido e reconhecido parágrafo desse sistema, inscrito numa das primeiras páginas do livro, aproxima-se curiosamente do dístico do jornal *A Vida*: "O HOMEM NÃO É UMA INUTILIDADE NUM MUNDO FEITO, MAS O OBRERO DUM MUNDO A FAZER."

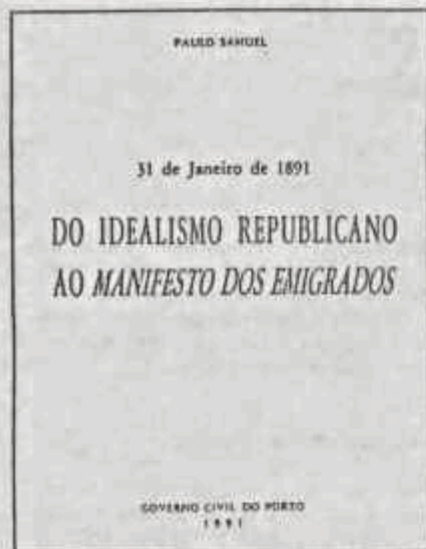
Entre os acontecimentos da vida de Leonardo Coimbra que valeria pôr hoje em destaque, refiram-se as suas relações com a associação cultural *Renascença Portuguesa* e com a primeira Faculdade de Letras do Porto. Na *Renascença Portuguesa* foi uma das três figuras intelectuais de maior destaque. As outras duas foram Teixeira de Pascoaes e Jaime Cortesão. De todos os três, Leonardo foi no entanto o mais assíduo colaborador da revista *A Águia*, propriedade da *Renascença Portuguesa*, e aquele que mais tempo permaneceu à frente dos destinos dessa associação. Pode-se dizer que Leonardo morreu com a *Renascença Portuguesa*, pois o pensador morreu em Janeiro de 1936 e as últimas actividades conhecidas da *Renascença Portuguesa* são de 1932. Refira-se a título de curiosidade que a capa da primeira série da revista *A Águia* foi desenhada por Cristiano de Carvalho, que foi aliás colaborador assíduo da revista e sócio da *Renascença Portuguesa*. Nesta revista voltou Leonardo, em 1911, a falar de Francisco Ferrer. Ainda no âmbito das relações entre o pensador e esta associação cultural valeria a pena recordar as Universidades Populares que a associação lançou no Porto, em Matosinhos e em Coimbra e onde Leonardo Coimbra expôs por diversas vezes o criacionismo. O seu terceiro livro, chamado *O Pensamento Criacionista*, publicado em 1915 pela *Renascença Portuguesa*, é o resultado dum curso livre dado na Universidade Popular do Porto. A ideia da *Renascença Portuguesa* animar Universidades Populares, que foram as primeiras criadas no nosso país, mergulha raízes nas ideias do grupo do "ABC", a que já nos referimos, e em que participaram todas as figuras do primeiro plano da *Renascença*.

Quanto às relações de Leonardo Coimbra com a primeira Faculdade de Letras do Porto conviria lembrar que essa Faculdade foi criada e presidida por Leonardo Coimbra e que foi uma experiência pedagógica única no nosso país, pois ali leccionaram professores que só tinham como habilitação académica a instrução básica. A primeira Faculdade de Letras do Porto inspirava-se na experiência dos cursos livres das Universidades Populares; foi criada e presidida por um homem que manteve sempre uma grande admiração por Francisco Ferrer; tinha um espírito libertário de convivência entre professores e alunos e alguns dos melhores espíritos deste século português - como Agostinho da Silva e José Marinho - foram alunos dessa Faculdade. Os governos saídos do golpe militar de 1926 não puderam aceitar um tal espírito de liberdade e a extinção da Faculdade foi decretada em 1928 e efectuada em 1931.

Leonardo Coimbra durante a 1.ª República participou activamente numa loja maçónica e teve aí o nome de Emanuel Kant. Morreu, como se disse, a 2 de Janeiro de 1936, num desastre de viação na serra do Baltar.

O facto de Leonardo Coimbra se ter formalmente convertido ao catolicismo alguns dias antes de morrer (24 de Dezembro de 1935) não nos deve levar a opôr um Leonardo Coimbra anarquista e um Leonardo Coimbra católico. Uma tal contraoposição só teria sentido se o anarquismo fosse para Leonardo Coimbra uma ideia

Cont. pág. 11



Paulo Samuel
31 DE JANEIRO DE 1891
 - Do Idealismo Republicano ao Manifesto dos Emigrados
 Edição do Governo Civil do Porto, 1991.
 Este opúsculo de cinquenta páginas da autoria de Paulo Samuel e editado pelo Governo Civil do Porto no âmbito das Comemorações do Centenário do 31 de Janeiro de 1891 vem de novo chamar a nossa atenção para um evento cultural e político do maior interesse. O autor passa em revista todos os acontecimentos políticos e sociais que precederam o 31 de Janeiro com especial destaque para o Ultimatum e sobretudo para a Liga Patriótica do Norte, presidida por Antero de Quental, e onde participam quase todos os futuros revoltosos da revolução republicana do Porto. Os antecedentes culturais da revolta são também estudados com todo o pormenor. Paulo Samuel fala oportunamente de duas correntes dentro do republicanismo português da altura: uma a que chama de "idealismo republicano" (pensamento filosófico eclético, idealismo, ética moral e tolerância religiosa) - apontando a primeira como aquela que foi responsável pelos acontecimentos do Porto. Finalmente fala do Manifesto dos Emigrados, redigido por Sampaio Bruno depois dos acontecimentos e publicado em Maio de 1891 já no exílio de Paris.

Registem-se as primeiras palavras do autor na "Nota de abertura" do texto, que expressa bem a intenção deste seu trabalho:

"Celebrar o 31 de Janeiro de 1891 não deve representar para nós, somente, a reiteração de um acto evocativo dessa temerosa e mesmo sangrenta jornada, em que uma facção do exército, constituída

por soldados, cabos, sargentos e alguns oficiais, apoiados pela espontânea adesão de numerosos civis, procurou desfaldar no Porto e no país a bandeira da República. Uma república, simbolizada nas cores do Centro Democrático Federal 15 de Novembro, a instaurar em Portugal com a intenção de substituir o regime monárquico-constitucional, desafrontar a ignomínia do Ultimatum e traçar novas vias para a regeneração nacional."

Jerónimo Leal



MINISTROS DA NOITE
 Livro Negro da Expansão Portuguesa
 Ana Barradas



"Ministros da Noite, como cães esfaimados, toda a prata do mundo os não poderá fartar."

Fernão Mendes Pinto
 "Peregrinação"

Ligada ao MAR*, a autora pretende com este livro mostrar a "outra face" dos descobrimentos portugueses. Não a face ignorada, mas aquela que se pretende ocultar (porque incómoda). E fá-lo porque entende ser necessário desmistificar a campanha oficial de comemorações dos descobrimentos. Disso nos dá conta, em nota introdutória:

"... estaria muito bem conservar-se a memória histórica comum, tirar-se ilações do nosso passado como povo. Mas,

então, que se estabelecesse com objectividade a verdade dos factos, numa perspectiva universal e crítica. Um povo que queira orgulhar-se do que é que tem de se conhecer em corpo inteiro, nas suas misérias como nas suas grandezas, com toda a frieza e lucidez possíveis."

Compilação de textos que vão de Gomes Eanes de Zurara até aos autores dos anos setenta, dá-nos uma panorâmica do que foi a colonização portuguesa por terras de África, Índia, Brasil.

A autora dedica-o "à memória dos milhões de pessoas transportadas como gado de trabalho da costa de África para o Brasil, Antilhas e Portugal, durante os séculos que durou a 'obra civilizadora' dos portugueses".

M.C.J.

* NOTA: MAR - por um Movimento Anti-Racista, Anticolonialista e Antinacionalista.



DOUTOR FAUSTO, António Vieira
 Imprensa Nacional
 - Biblioteca Autores Portugueses
 1991, 252 pp.

Editado pela Imprensa Nacional há cerca de um ano, "Doutor Fausto" é o romance que se esperava como quem espera novas de um amigo ou de um inimigo. Lê-se e fica-se a amá-lo ou a odiá-lo. Não existe meio termo possível. Depois "saboreiam-se" passagens e tenta-se entrar, também, no Jogo, na descoberta do que fica para além das palavras impressas. Adivinha-se uma sensibilidade fantástica e um modo único de tratar-escrevendo das coisas íntimas (ver p. 203 - acordar de Fausto e a descrição que faz de Cicindela, dormindo).

Das mulheres que passam na vida de Fausto não se consegue preferir esta ou aquela. Com todas elas Fausto conseguiu um modo diferente de estar no Jogo. Crê-se que Margarida será, porventura, a única transposta da realidade para o romance. Duvida-se logo depois, para voltar de novo ao princípio. Escrito de uma forma extremamente bela e erudita, não é o livro que se lê rapidamente e depois se arruma. Cada linha, cada parágrafo, precisam ser relidos para melhor tentar entender Fausto.

Acusar o autor de excesso de erudição seria, por um lado não apreciar essa erudição, por outro não o conhecer minimamente e não saber como "em tempos - dizem - foi anarquista. Deve-o ser hoje ainda. São os mais perigosos..." e também que "o ideal e a ideia que tinha de um intelectual, eram o de alguém que se esconde e detém um poder subterrâneo e quase anónimo que há-de ser um poder de subversão".

Não destoaria do editorial deste número do jornal o que, a dada altura, Fausto diz da Universidade (p. 119): "Quem sabe se a Universidade, tão submissa ao Estado, à Ordem, ao Direito - e mesmo, e sobretudo à mercadoria - não se torna hoje obstáculo à inteligência? Tem praxes tais e tantas, que pouco tempo lhes resta para um pensar próprio."

Utilizando um dos grandes mitos do Ocidente, António Vieira, escudado sempre, nunca se expõe, faz mais do que jogar, "tenta conhecer-se através do livro" (declaração do autor ao "Jornal Letras & Letras", do Porto).

Revela-se sobretudo para os que, ao longo da vida, têm tentado, num momento ou noutro, jogar com ele e adivinhar-lhe facetas de enorme beleza e sensibilidade.

LER DOUTOR FAUSTO afigura-se-me fundamental. Pela erudição. Pela forma como o mito é tratado, pelo belo e... porque é uma das maneiras de tentar conhecer o autor. António Vieira vale bem isso!

M.C.J.

M.C.J.

Leonardo Coimbra, anarquista

(Continuação)

logia exclusivista e parcial e o catolicismo não tivesse, por sua vez, para ele o sentido criacionista da universalidade.

O anarquismo não é uma ideologia exclusivista e parcial, mas antes um ideário muito vasto que dificilmente pode encontrar um denominador comum em matérias de religião ou economia. O ideário anarquista é um ideário contraditório - por vezes o mais contraditório possível entre si - e a verdadeira riqueza do anarquismo parece justamente residir naquilo que é, à primeira vista, a sua fraqueza: a contradição. As ideologias exclusivistas - como o positivismo, o ateísmo, o materialismo ou o jacobinismo político - fugiram sempre à contradição, mas por isso mesmo não souberam animar no mundo uma verdadeira emancipação do homem e tudo o que originaram, ao longo do século XX, foram novas e mais duras cristalizações sociais, políticas e religiosas. O anarquismo, enquanto forma de pensamento (do homem, da sociedade e até de Deus), tem em si a variedade necessária à superação de todos os exclusivismos e cristalizações. Se há uma tradição pluralista de pensamento no Ocidente moderno, essa tradição é a do anarquismo. Pode-se dizer que se hoje resta alguma coisa ao anarquismo - quer ao anarquismo histórico quer ao renovado - é essa mesma tradição pluralista de pensamento, onde os pensamentos entre si contraditórios dum Tucker ou dum Bakounine, dum Tolstói ou dum Stirner, fizeram muito mais do que simplesmente coexistir. E isto que pode parecer pouco, é no entanto muito, pois é a forma mesma da liberdade. Saiba o anarquismo dos dias de hoje reencontrar a variedade e a contradição, da sua ideia motora, que é a liberdade, e ele saberá de-

certo tornar-se indispensável ao homem e à sua sociedade.

Neste sentido seria redutor e até estultopôr um Leonardo Coimbra anarquista a um Leonardo Coimbra católico e cristão. O sentido do cristianismo é em Leonardo Coimbra a liberdade, e o sentido da liberdade é nele o Amor e a Vida.

José Marinho, que foi discípulo na Faculdade de Letras do Porto do filósofo, e que lhe dedicou vários textos de grande mérito sublinhou sempre a importância do anarquismo na obra de Leonardo Coimbra. Diz ele (in Verdade, Condição e Destino, Porto, 1976, pp. 106-107):

"Lembremos contudo que para Leonardo Coimbra o sentido da liberdade é primordial, lembremos que na maior profundidade da noção ou do possível conceito derivado daquele sentido originário, não só o amor fica dela dependente mas dela fica dependente também a onto-teologia do filósofo.

Os seus admiradores esqueceram por vezes que Leonardo Coimbra foi de início um anarquista. Conciliar o anarquismo e um cristianismo da maior abertura foi o anseio do jovem pensador. Como ocorre com outros peninsulares ou europeus do mesmo signo, sua vida, seu magistério, sua obra, clamam a importância de o considerar. Quando tal for possível, crentes e ateus poderão compreender que nele e noutros seus análogos, na nossa Península e na Europa, a conversão religiosa emerge e efectivamente resulta do radical intento de real e simbolicamente atender, com o mais restrito, o mais amplo sentido da liberdade."

Jerónimo Leal



OUTONO ALEMÃO
 Stig Dagerman (1923-1954)
 'Antígona', 1991, 150 pp.

Do mesmo autor de "A Ilha dos Condenados" e "O Vestido Vermelho" (igualmente editados pela 'Antígona') surgiu, há tempos, o "Outono Alemão" livro baseado numa reportagem encomendada a Dagerman pelo jornal sueco EXPRESSEN.

Essa reportagem é, afinal, o testemunho do autor ao viajar por uma Alemanha no pós-guerra, e dá-nos a conhecer o lado (quicá mais ignorado) dos perdedores.

Culpados e/ou inocentes numa política de perseguição, destruição e extermínio como foi o nazismo, os alemães são aqui mostrados enquanto seres humanos totais, iguais a outros quaisquer, apesar de serem olhados por muito tempo, como os responsáveis por todas as calamidades; enquanto eles próprios sofriam os horrores da fome, da miséria total, da destruição de tudo quanto pode tornar humano, de facto, um ser.

Dagerman, anarquista por formação e dotado duma extrema sensibilidade perante todo o sofrimento humano, dedicou esta reportagem a uma exilada alemã, Annemarie, que viria a ser sua companheira por alguns anos.

É uma Alemanha diferente do habitual, esta que nos surge pela escrita deste autor considerado um dos mais importantes da Escandinávia, apesar da sua morte precoce.

Depois da leitura deste "Outono Alemão" a nossa posição acerca do povo alemão ficará, decerto, sendo a mesma.

Testemunho-documento de extrema importância para quem quiser entender a História.

Boa introdução de Júlio Henriques. Indispensável, por tudo isto, a sua leitura.

M.C.J.

ASSINATURAS

ANUAL/4 NÚMEROS

Portugal	380 \$
Europa	400 \$
Extra-Europa	1000 \$
Via normal	1200 \$
Via aérea	1200 \$

O pagamento poderá ser efectuado por cheque ou vale postal dirigido a A BATALHA, Apartado 5085, 1707 Lisboa Codex.

Recordamos aos assinantes a conveniência de renovarem as assinaturas em tempo útil, poupando-nos assim o trabalho e despesa que o envio de cartas-aviso necessariamente implica.

O CASO DOS PROFESSORES PROVISÓRIOS

Sindicato e/ou Associação, que relações?

1. Breve introdução

De meados de Outubro do ano transacto a finais de Janeiro desenvolveu-se um conjunto de actividades por parte dum grupo de professores no âmbito das reivindicações profissionais. Ao contrário de outras vezes não se tratou de professores indiferenciados mas duma categoria muito específica: os professores provisórios ou, se quisermos utilizar outra nomenclatura, os professores contratados.

Nas páginas que os leitores possam ajuizar por si próprios fazemos um breve historial.

2. A história sinteticamente apresentada

Quando ingressaram no serviço docente, os professores provisórios preenchiam, naturalmente, os requisitos necessários à prática do ensino nos níveis preparatório e secundário, ao abrigo da legislação então vigente. Concluídas as licenciaturas, inseriam-se no grupo designado por "professores com habilitação própria".

Até à entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), a única modalidade de formação profissional existente era a profissionalização em exercício, segundo a qual os docentes aguardavam a sua vinculação ao Ministério, bem como a abertura de vagas à profissionalização, em função dos respectivos anos de serviço. A partir, porém, da publicação da LBSE, a noção jurídica de vinculação foi substituída pela noção de "efectivo de nomeação provisória". Na verdade, os professores abrangidos por esta noção podem considerar-se vinculados à função pública: renovam automaticamente os contratos nas escolas onde estão colocados, tendo assegurada a sua profissionalização dentro de um prazo que pode ser mais ou menos longo consoante a abertura de vagas nas escolas superiores de Educação ou na Universidade Aberta.

Assim, poderia pensar-se que a alteração referida seria inócua - desde que continuasse a ser o número de anos de serviço a determinar a obtenção do "título" de "efectivo de nomeação provisória". Ora, não é o que acontece. De facto, essa possibilidade foi suprimida pelo Decreto-Lei 18/88, entretanto publicado, que regulamenta os actuais concursos de professores.

Segundo esse decreto há uma primeira fase do concurso, dividida em duas partes, e apenas obtêm o vínculo aqueles que forem colocados na primeira delas. Deste modo, todos os professores que no ano lectivo de 1988/89 não dispunham ainda de vínculo ao M.E. só terão estabilidade

de emprego e carreira profissional a partir do momento em que forem colocados na primeira parte do concurso - sob a condição de concorrerem, pelo menos, a uma "zona" - área que abrange diversos distritos. Isto independentemente do número de anos que tenham prestado no serviço lectivo.

3. O Decreto-Lei 18/88 ou a Bíblia do ME (Ministério da Educação)

Na prática, o Decreto-Lei 18/88 criou um contingente permanente de professores provisórios que podem concorrer apenas na última prioridade e que, ao não serem colocados na primeira parte do concurso, se vêm remetidos para a segunda (que não possibilita qualquer tipo de vinculação ao M.E.); ou, pior ainda, para a segunda fase - o malfadado miniconcurso, em que os professores concorrem muitas vezes a horários incompletos, perdendo no salário e na contagem do tempo de serviço. Estas formas de colocação garantem ao concorrente não mais do que um contrato temporário com o ME, que expira

justiça que uma implementação delirante de L.B.S.E. veio criar. Essa lei instituiu ramos educacionais nas faculdades (dando resposta às ansiedades dos lobbies universitários) assegurando a profissionalização na via de ensino aos estudantes universitários que desejasse ingressar na carreira docente.

Em violação flagrante de qualquer equidade, os recém-licenciados ultrapassam os professores provisórios na ocupação das vagas do quadro e das restantes, tornando-se professores efectivos logo no segundo ou no terceiro ano de serviço lectivo, ficando portanto vinculados ao ME, obtendo melhores salários e a possibilidade de progredir na carreira.

4. O que significa ser "Provisório"?

O facto de serem provisórios abrange assim uma grande variedade de injustiças: estão impossibilitados de ingressar na formação pedagógica facultada aos recém-licenciados, que os ultrapassam; estão circunscritos ao último lugar na fila para o acesso à primeira parte do concurso de

um sentido diferente daquele que o ME lhe atribui: professor "provisório", não por ter no horizonte a possibilidade de se tornar efectivo (leia-se: professor "definitivo"), mas por ter como meta cada vez mais próxima o desemprego.

5. Sindicato versus Associação

Por todos estes motivos foi criada em Outubro de 91 a A.P.P.H.C. (Associação de Professores Provisórios com Habilitação Científica) com o objectivo de pressionar o ME, para que o problema fosse resolvido. O facto da Associação ter sido criada à revelia dos sindicatos mostra bem a incapacidade destas organizações, altamente burocratizadas e com objectivos dúbios em relação à defesa dos interesses dos associados, em promover a realização efectiva dos problemas. Na realidade, nenhum dos sindicatos dos professores se preocupou em resolver a questão dos provisórios, ou por omissão (caso da Federação Nacional de Educação) ou por falta de interesse (caso da Fenprof), durante todos estes anos.

É por convicção que considero que o sindicato é uma entidade historicamente ultrapassada. Teve a sua função, um papel organizativo de trabalhadores que foi fundamental, mas tendo em conta os moldes de vida em que nos movimentamos, caducou no presente. A Associação como entidade na defesa de questões e interesses específicos parece oferecer melhores hipóteses de êxito na sociedade liberal-capitalista que é a nossa, neste fim de século.

6. Conclusão

Não queríamos terminar sem referir que o que foi dito acima só poderá ter total validade se não houver lugar ao egoísmo e ao individualismo e todos os interessados na resolução dum problema de ordem profissional tomarem uma atitude activa. Este é o aspecto da A.P.P.H.C. Na verdade a fraca adesão, até agora, daqueles que estão prestes a ir para o desemprego, não possibilitou mais que um êxito relativo frente ao M.E. O futuro próximo poderá alterar toda esta situação. Mas que pensar de professores amorfos e mudos, que não são capazes de se motivar na resolução dos seus próprios problemas? Neste aspecto os estudantes do 12.º ano que lutam pela abolição da P. G. A. têm mostrado uma maior consciência cívica.

Francisco Trindade



Vigília de Professores em frente do Ministério da Educação.

todos os anos em Agosto. O tempo de serviço é contado em função do número de horas lectivas e, quando colocados após o início do ano escolar, os professores não auferem qualquer remuneração referente ao tempo em que não trabalharam. Graças a este expediente, o Ministério embolsa anualmente largos milhares de contos.

Até aqui, a situação parece grave, mas não ainda aberrante. A aberração revela-se ao depararmos com a inconcebível in-

justiça que uma implementação delirante de L.B.S.E. veio criar. Essa lei instituiu ramos educacionais nas faculdades (dando resposta às ansiedades dos lobbies universitários) assegurando a profissionalização na via de ensino aos estudantes universitários que desejasse ingressar na carreira docente.

Urgências Hospitalares: Taxas Moderadoras

"Porque não há nenhum meio de ser gratuito para os cidadãos qualquer serviço público, senão o de obrigar os funcionários a servirem de graça."

Alexandre Heráclio

A gratuidade dum serviço público tem sempre de ser entendida em sentido directo. É óbvio que os serviços públicos gratuitos não pagos pelos contribuintes. Só que estes pagam de acordo com os seus rendimentos e recebem segundo as suas necessidades. A gratuidade directa favorece assim os pobres e onera os ricos: é uma redistribuição dos rendimentos sob a forma de serviços, de intuídos igualitários. Por isso a Constituição a consagrou para os serviços de saúde e por isso ela repugna ao governo actual. Ao tentar persuadir-nos que a gratuidade dos serviços de saúde beneficia os abastados que, tal como os pobres, ficam isentos do pagamento por acto médico, o governo tenta iludir os néscios. O pagamento por acto médico onera especialmente os de menores recursos e aqueles que necessitam de cuidados repetidos (doentes crónicos) que, ao infortúnio da enfermidade prolongada, juntam o do pagamento repetido pelos actos médicos múltiplos de que carecem. Por outro lado as classes abastadas só excepcionalmente recorrem aos serviços públicos de saúde preferindo, em regra, o sector privado. Os ricos são, por conseguinte, pouco afectados pelo pagamento directo das urgências. E não é dos ricos

que o ministério espera auferir réditos com a introdução das taxas ditas "moderadoras" mas sim das classes de parcos ou médios recursos. A injustiça é flagrante. Não se deve ainda esquecer que a Constituição prescreve cuidados de saúde tendencialmente gratuitos, o que implica uma marcha progressiva para a gratuidade directa. A introdução de taxas onde previamente não existiam é uma marcha em sentido contrário e, por consequência, institucional.

As taxas "moderadoras" são justificadas com a necessidade de travar o afluxo de doentes e, particularmente, dos não urgentes ou pouco graves aos Bancos dos hospitais. Mas primeiro é necessário saber porque ocorrem os doentes àqueles serviços. Quer-se fazer crer que o fazem injustificadamente. A situação é, porém, bem diversa. Os serviços de ambulatório (Centros de Saúde, consultas externas) não dão resposta satisfatória às necessidades da população e têm, conseqüentemente, listas de espera mais ou menos longas. Muitas situações que poderiam ser tratadas pelo médico de família ou uma consulta de especialidade, se alcançassem consulta em tempo útil - as urgências ditas relativas - vêm-se assim torçadas a procurar as áreas ou grande urgência. A solução do problema está na reestruturação do ambulatório, por forma a dar satisfação às necessidades da população. Feito isto a procura das urgências hospitalares desvanecer-se-á espontaneamente. Esta é pois a tarefa que incumbe aos poderes públicos e não a de repelir

doentes das urgências hospitalares sem primeiro lhes haver facultado atendimento alternativo adequado.

Por outro lado a taxa "moderadora" não distingue situações urgentes de não urgentes. O pagamento duma taxa não converte o doente medicamente não urgente em doente que necessita tratamento numa unidade hospitalar vocacionada para grandes urgências. É absurdo admitir, ao mesmo título que grandes sinistrados ou enfermos graves, indivíduos com padecimentos comezinhos só pelo facto de haverem pago a taxa. Aceitar este princípio é a negação de qualquer racionalidade nos serviços de saúde. Mais grave, porém, que a admissão de doentes não urgentes é a dissuasão dos doentes verdadeiramente

urgentes. Estes, sobretudo se forem de parcos recursos (recordamos que o salário mínimo nacional não é propriamente a fronteira entre indigência e abastança), serão tentados a protelar a sua vinda ao hospital decidindo-se quando for demasiado tarde para salvar a vida ou evitar sequelas graves. Neste aspecto o sistema das taxas "moderadoras" pode qualificar-se de verdadeira monstruosidade.

Resta ver se a população em geral e as organizações sindicais, políticas e outras estão dispostas a aceitar passivamente tais medidas ou se, pelo contrário, se dispõem a lutar por soluções tecnicamente válidas e socialmente justas.

Luís Garcia e Silva

A BATALHA

JORNAL DE EXPRESSÃO ANARQUISTA

APARTADO 5085
1702 LISBOA Codex

CC LISBOA
TAXA PAGA